

Relatório de Acompanhamento Fiscal

19 DE OUTUBRO DE 2020 • Nº 45

DESTAQUES

- Dados de atividade mantiveram tendência de recuperação, colocando viés de melhora na projeção do PIB.
- Contração da população ocupada é mais expressiva nas categorias informais.
- Mantida a taxa de participação no patamar de julho de 2019, a taxa de desemprego teria atingido 24,1%.
- Prêmio embutido na curva futura de juros segue aumentando.
- Resultado primário do governo central foi negativo em R\$ 601,3 bilhões no acumulado de 2020 até agosto.
- Recuperação da receita primária em agosto sofreu influência do pagamento de tributos diferidos.
- Alguns eventos atípicos subtraíram R\$ 152,4 bilhões da arrecadação administrada em 2020.
- Informações do Siga Brasil indicam que a receita líquida da União teria tido alta real de 1,0% em setembro.
- Dívida bruta do governo geral alcançou 88,8% do PIB em agosto.
- Custo médio em 12 meses das emissões da dívida mobiliária (DPMFi) caiu a 4,85% ao ano em agosto.
- Projeções atuais do governo mostram recuo em todos os principais itens da receita primária.
- Impacto fiscal efetivo dos diferimentos de tributos e dos gastos da Covid-19 ainda merece atenção.



SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

Diretor-Executivo

Felipe Scudeler Salto

Diretores

Daniel Veloso Couri

Josué Alfredo Pellegrini

Analistas

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Luiza Muniz Navarro Mesquita

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

Estagiário

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Layout do relatório

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF



Carta de Apresentação

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) atende aos objetivos da IFI, que estão previstos na Resolução do Senado nº 42/2016. Nesta edição, avaliam-se os indicadores mais recentes da conjuntura macrofiscal. Um aspecto central constatado é o da deterioração das condições de financiamento da dívida pública, em função da incerteza a respeito das medidas requeridas para garantir a sustentabilidade fiscal.

Na seção de Contexto Macroeconômico, a dinâmica da atividade produtiva indica que o PIB deverá ter desempenho melhor que o contido no atual cenário base de projeções. Os novos cenários serão apresentados em novembro, mas a análise dos indicadores mensais aponta uma recessão entre 5% e 5,5%, pouco melhor em relação à corrente, de 6,5%. Essa melhora, no entanto, não deve alterar o quadro de recuperação lenta a partir de 2021.

A precariedade do mercado de trabalho, notadamente no setor informal, tem reforçado o debate sobre o programa chamado Renda Cidadã. Do ponto de vista fiscal, esta é uma demanda por gastos a ser equacionada no espaço orçamentário e nas regras fiscais vigentes. Daí a relevância das saídas para o teto de gastos e o orçamento de 2021 discutidas pelo Congresso Nacional e pelo Executivo.

O déficit e a dívida seguem em trajetória de alta, na esteira dos créditos extraordinários aprovados nas diversas frentes de combate à Covid-19. A dívida bruta encerrou agosto em 88,8% do PIB, alta de 13 pontos percentuais em relação a dezembro de 2019. Até o fim do ano, deverá atingir 96,1% do PIB, mantendo trajetória ascendente nos próximos anos, mesmo sem considerar despesas novas.

O quadro é interpretado pelos agentes econômicos e precificado pelo mercado na curva a termo de juros. O Tesouro Nacional tem encurtado os prazos das novas emissões, mas pagando prêmio mais alto também nos títulos mais curtos. Está em jogo o equilíbrio das contas públicas a médio prazo.

Desde agosto de 2018, a IFI tem indicado que existia o risco de rompimento do teto em 2021. Neste ano, os cenários traçados reforçaram essa tendência e, mesmo sem gastos novos no orçamento do próximo ano, o risco de rompimento já era considerado alto pela instituição.

O desafio que se apresenta é a manutenção do compromisso com a sustentabilidade fiscal. As saídas escolhidas para o orçamento do próximo ano têm de ser expostas com transparência. Hoje, o teto simboliza esse desafio. As soluções devem levar em conta esse fator, ainda que caminhos alternativos possam ser escolhidos. À IFI caberá acompanhá-las e analisá-las sob o aspecto do equilíbrio das contas públicas, da transparência e da disciplina fiscal.

Felipe Scudeler Salto
Diretor-Executivo da IFI

Josué Alfredo Pellegrini
Diretor da IFI

Daniel Veloso Couri
Diretor da IFI

Resumo

- Os dados de alta frequência mantiveram a tendência de recuperação em agosto e setembro, refletindo os efeitos da abertura da economia e o estímulo fiscal oriundo de programas federais como o Auxílio Emergencial. Esse quadro imprime um viés de melhora na projeção da IFI para o PIB de 2020 dos atuais 6,5% negativos para uma queda entre 5,0% e 5,5%. As novas projeções serão apresentadas em novembro. **(Página 7)**
- A redução do Auxílio Emergencial nos últimos meses do ano e a manutenção de um quadro ainda adverso no mercado de trabalho devem contribuir para uma tendência de expansão mais moderada das vendas de bens de consumo no segundo semestre. Em termos dessazonalizados (cálculos da IFI), a taxa de desemprego subiu de 13,1% em junho para 13,7% em julho. Mantida a taxa de participação (relação PEA/PIA) no mesmo patamar de julho de 2019 (62,1%), a taxa de desemprego em julho desse ano teria atingido 24,1% da força de trabalho. **(Página 7)**
- Apesar da taxa básica de juros em patamar historicamente baixo, a percepção do mercado em relação à evolução da dívida pública e ao equilíbrio fiscal no pós-crise tem contribuído para elevar o prêmio embutido na curva futura de juros. **(Página 14)**
- O pagamento de tributos diferidos em abril impulsionou o resultado da arrecadação em agosto. Segundo dados da Receita Federal do Brasil, esse pagamento correspondeu a R\$ 17,3 bilhões da arrecadação do mês, dos quais R\$ 16,2 bilhões foram referentes a COFINS e Contribuição Previdenciária Patronal para a Previdência (RGPS). As informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional mostram que o recolhimento de R\$ 27,2 bilhões de COFINS no período configurou aumento real de 19,3% frente a agosto de 2019, enquanto a arrecadação líquida para o RGPS de R\$ 39,9 bilhões cresceu 18,2% nessa mesma base de comparação. **(Página 17)**
- De acordo com exercício realizado pela IFI com informações disponibilizadas no Portal Siga Brasil, a receita líquida do governo central teria sido da ordem de R\$ 107,3 bilhões, em setembro, o que configuraria acréscimo de 1,0%, em termos reais, sobre o resultado de igual mês de 2019. Trata-se, portanto, de um indicativo de que a trajetória da receita líquida é de recuperação, em linha com o movimento da atividade econômica do terceiro trimestre. O cálculo da IFI leva em consideração uma medida de receita primária total e de transferências da União feitas a estados e municípios. **(Página 17)**
- O custo médio acumulado em 12 meses das emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) caiu a 4,85% ao ano em agosto, com quedas de 0,28 ponto percentual frente a

As publicações da IFI atendem ao disposto na Resolução nº 42/2016 e não expressam a opinião do Senado Federal, de suas Comissões ou parlamentares. Todas as edições do RAF estão disponíveis para download em: <http://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi>.

Contatos: ifi@senado.leg.br | (61) 3303-2875

Redes sociais:  [/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE](https://www.facebook.com/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE)  [@IFIBrasil](https://twitter.com/IFIBrasil)  [@ifibrasil](https://www.instagram.com/ifibrasil)  [/instituicaofiscalindependente](https://www.youtube.com/instituicaofiscalindependente)
 [/company/instituicao-fiscal-independente](https://www.linkedin.com/company/instituicao-fiscal-independente)

julho e de 2,24 pontos percentuais em relação a agosto de 2019. O menor custo médio da dívida pública reflete tanto o patamar historicamente baixo da taxa Selic como a estratégia adotada pelo Tesouro de encurtar os prazos de vencimento dos títulos públicos. De todo modo, o incremento na diferença entre os juros de curto e longo prazo embutida nas curvas de contratos negociados na B3 indica maior percepção de risco dos agentes, o que pode aumentar os desafios enfrentados pelo Tesouro na gestão da dívida. **(Página 29)**

- O choque sobre a previsão de arrecadação para 2020 foi brutal. Em relação aos valores iniciais da LOA, as projeções atuais do governo mostram queda em todos os principais itens da receita primária. No total, o recuo na projeção oficial para a arrecadação primária em 2020 já chega a R\$ 197,6 bilhões (12%). **(Página 33)**
- O impacto do diferimento de tributos e dos gastos da Covid-19 no resultado de 2020 segue incerto. Embora o relatório bimestral de setembro não preveja impacto relevante, dados da Receita mostram pagamento de tributos diferidos aquém do esperado. Já a execução dos gastos com a pandemia equivale a 75% do valor autorizado e é provável que parte das despesas seja inscrita em restos a pagar, influenciando o resultado primário apenas a partir do ano que vem. **(Página 33)**

Sumário

Carta de Apresentação.....	3
Resumo.....	4
Sumário.....	6
1. CONTEXTO MACROECONÔMICO.....	7
1.1 Indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho	7
1.2 Inflação e taxa de juros	14
2. CONJUNTURA FISCAL.....	16
2.1 Quadro geral	16
2.2 Resultados do Governo Central e do Setor Público Consolidado.....	17
2.2.1 Resultado primário do Governo Central	17
2.2.2 Resultados do Setor Público Consolidado.....	27
2.2.3 Evolução dos indicadores de endividamento do setor público	29
3. ORÇAMENTO	33
4. PAINEL DOS CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS DA COVID-19.....	41
Tabelas fiscais	45
Projeções da IFI	48

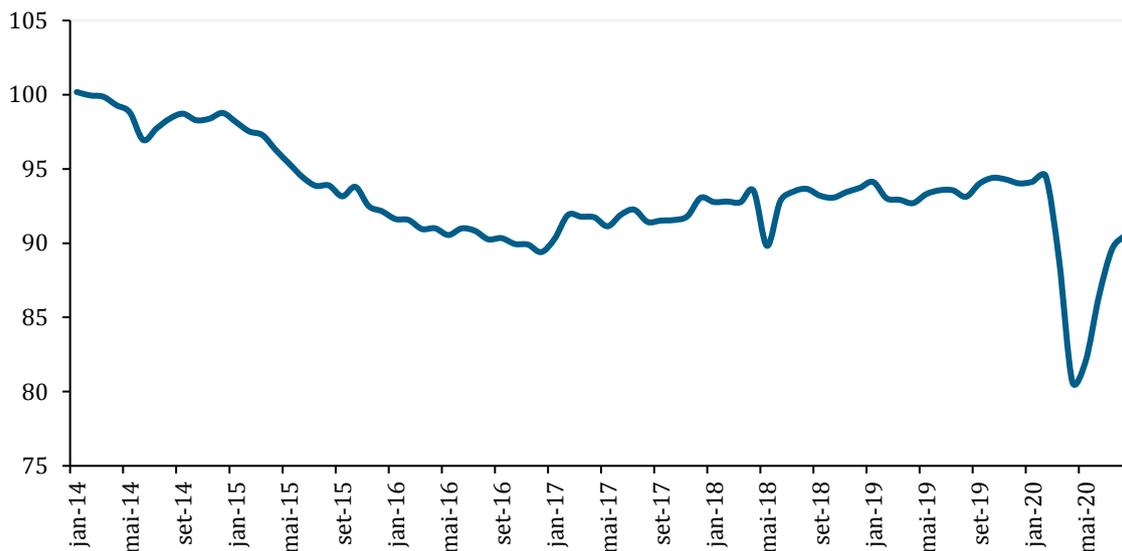
1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

1.1 Indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho

Dados de atividade mais recentes mostram continuidade do processo de recuperação cíclica da economia, que ocorre desde maio, colocando um viés de melhora na projeção de queda para o PIB em 2020. Com a informação do *carry over* dos indicadores de alta frequência para o terceiro trimestre e dados realizados de setembro (como o Nuci da indústria de transformação), é provável que a queda do PIB de 2020 fique entre -5,0% e -5,5% – próxima da atual mediana das previsões de mercado obtida no Boletim Focus do Banco Central. A projeção oficial da IFI (-6,5%) será alterada e publicada no RAF de novembro. A melhora nas expectativas sobre o desempenho da atividade econômica é reforçada nos dados de alta frequência, que refletem a abertura da economia e o estímulo fiscal oriundo de programas federais como o Auxílio Emergencial. Recentemente, vale destacar, o Fundo Monetário Internacional (FMI)² ajustou suas projeções – de -9,1% para -5,8% – assim como o Banco Mundial³ – de -8,0% para -5,4%.

IBC-Br avança 1,1% entre julho e agosto. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 1,1% na comparação com julho (quando havia registrado elevação de 3,7%) na série com ajuste sazonal. Na comparação com agosto de 2019, o índice registrou variação -3,9%, acumulando variação de -3,1% em doze meses. O resultado positivo de agosto deixou um *carry over* de +8,7% para o terceiro trimestre de 2020. Isto é, caso o IBC-Br registrasse variação nula em setembro, a atividade econômica apresentaria crescimento de 8,7% no terceiro trimestre em relação ao período imediatamente anterior.

GRÁFICO 1. IBC-BR (SÉRIES DESSAZONALIZADAS - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI

Produção industrial avança 3,2% entre julho e agosto, deixando *carry over* de +20,8% para o terceiro trimestre de 2020. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo IBGE, a produção da indústria

² Disponível em <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/10/05/mcs100520-brazil-staff-concluding-statement-of-the-2020-article-iv-mission>

³ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34602>

geral cresceu 3,2% na comparação com julho (quando havia registrado elevação de 8,3%) na série com ajuste sazonal. O avanço da atividade industrial foi generalizado, abrangendo todas as grandes categorias econômicas: bens de capital (2,4%), bens intermediários (2,3%), bens de consumo duráveis (18,5%) e bens de consumo não duráveis (0,6%). Na comparação com agosto de 2019, a produção industrial registrou variação -2,6%, acumulando -queda de 5,7% em doze meses. Como se observa no Gráfico 2, as taxas de expansão verificadas desde maio eliminaram boa parte da perda acumulada em março e abril, de modo que o nível de produção atual vem se aproximando do patamar de fevereiro (pré-crise).

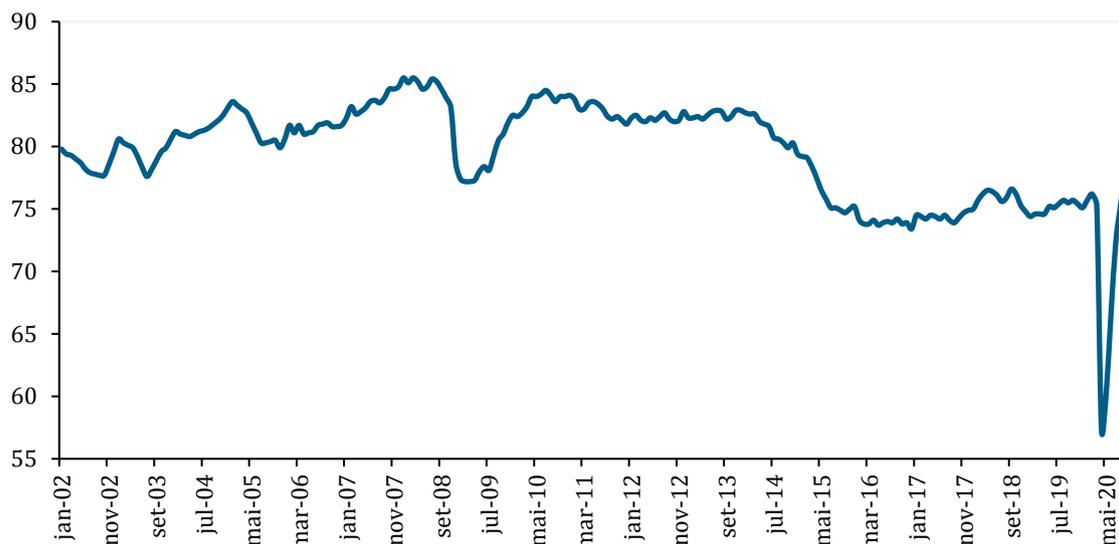
GRÁFICO 2. PRODUÇÃO INDUSTRIAL (SÉRIES DESSAZONALIZADAS - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

Confiança da indústria e Nuci registraram expansão adicional no mês de setembro. O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICI), divulgado na Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou alta de 8,0 pontos entre agosto e setembro (alcançando 106,7 pontos). No mês anterior, a elevação havia sido de 8,9 pontos. O desempenho do ICI refletiu o avanço de seus dois componentes: o Índice de Expectativas (IE) avançou 6,3 pontos, enquanto o Índice de Situação Atual (ISA) subiu 9,5 pontos na passagem de agosto para setembro. O resultado sugere haver espaço para novos incrementos no nível de produção no curtíssimo prazo. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação teve acréscimo de 2,9 pontos percentuais, ao passar de 75,3% em agosto para 78,2% em setembro (Gráfico 3), já superando o nível pré-crise (76,2% em fevereiro), e aproximando-se da média histórica de 80%.

GRÁFICO 3. NUCI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)



Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

A receita real do setor de serviços também avança em agosto. Carry over para o terceiro trimestre é positivo em 7,8%. A receita real do setor de serviços mostrou variação de 2,9% entre julho e agosto (na série com ajuste sazonal), segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. Em agosto, o indicador havia avançado 2,6% frente ao mês anterior. Na comparação mensal (na série dessazonalizada), o resultado agregado refletiu o avanço em quatro dos cinco segmentos da pesquisa: serviços prestados às famílias (33,3%), serviços de informação e comunicação (-1,4%), serviços profissionais, administrativos e complementares (1,0%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (3,9%) e outros serviços (0,8%).

As vendas diminuíram 10,0% na comparação anual, acumulando variação de -5,3% em doze meses. Quando analisada a variação acumulada em 12 meses, destaca-se que os segmentos de serviços prestados às famílias (-25,5%), em especial, e serviços profissionais, administrativos e complementares (-6,6%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (-6,2%) apresentam variações abaixo da registrada pelo índice agregado, como se observa na Tabela 1.

TABELA 1. VOLUME DE SERVIÇOS (VARIAÇÃO %)

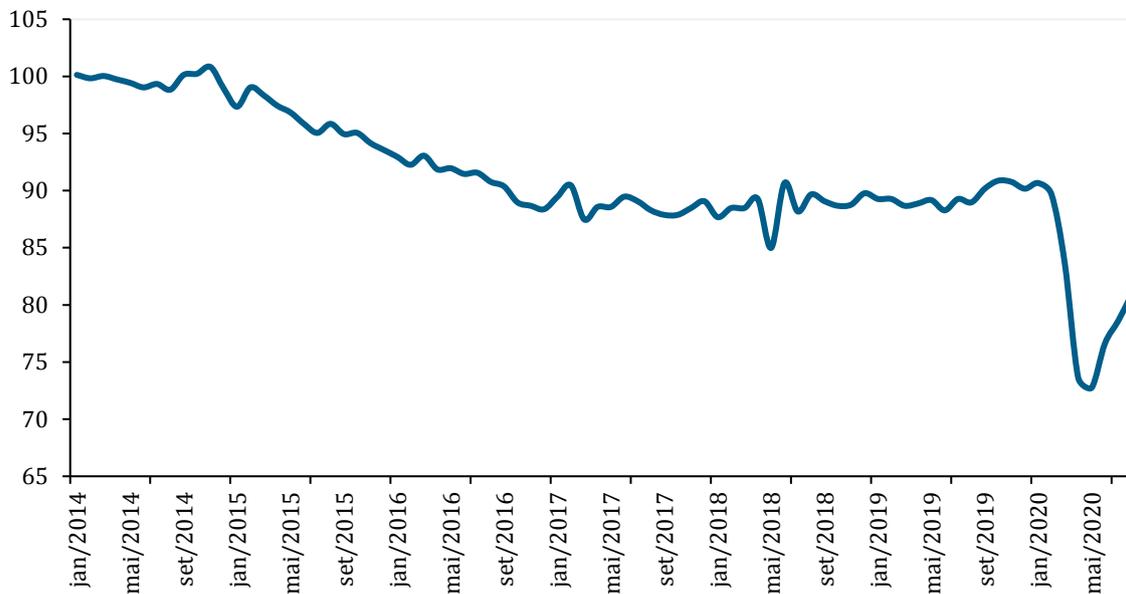
Indicadores	Mês contra mês anterior (com ajuste sazonal)			Mês contra igual período do ano anterior			Variação acumulada em 12 meses		
	jun/20	jul/20	ago/20	jun/20	jul/20	ago/20	jun/20	jul/20	ago/20
Receita real de serviços	5,3%	2,6%	2,9%	-12,3%	-11,9%	-10,0%	-3,4%	-4,5%	-5,3%
Serviços prestados às famílias	14,4%	-10,8%	33,3%	-57,5%	-55,0%	-43,8%	-17,0%	-21,9%	-25,5%
Serviços de informação e comunicação	3,9%	2,4%	-1,4%	-3,0%	-2,4%	-4,0%	0,6%	0,1%	-0,6%
Serviços profissionais, administrativos e complementares	1,8%	2,5%	1,0%	-15,9%	-14,7%	-14,1%	-4,3%	-5,6%	-6,6%
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	7,1%	2,1%	3,9%	-11,3%	-11,5%	-8,6%	-5,3%	-6,2%	-6,2%
Outros serviços	7,3%	3,5%	0,8%	4,2%	4,6%	7,2%	6,6%	6,2%	6,3%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

No Gráfico 4, observa-se que nível de vendas atual ainda é mais baixo que o observado em fevereiro (pré-crise), e que vem evoluindo a uma velocidade de recuperação mais lenta que os demais setores da economia (indústria e comércio),

uma vez que diversas atividades do setor de serviços (como os serviços prestados às famílias) são mais afetadas pelo distanciamento social comparativamente à produção e comercialização de bens.

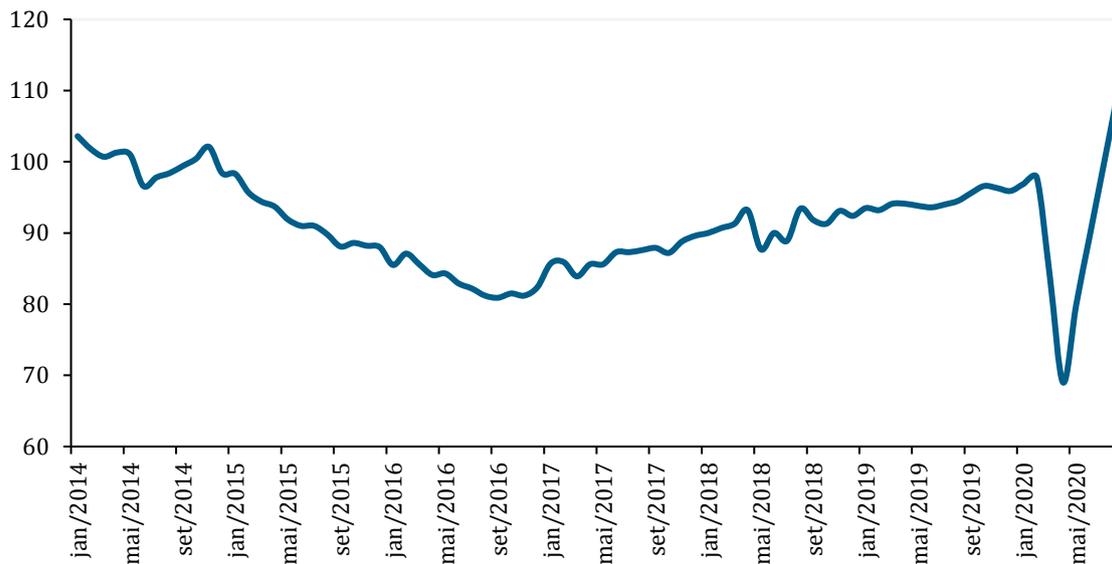
GRÁFICO 4. VOLUME DE SERVIÇOS (SÉRIE DESSAZONALIZADA - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

Novo resultado positivo das vendas reais do comércio gera *carry over* para o terceiro trimestre de 24,1%. O volume de vendas no comércio varejista (Pesquisa Mensal de Comércio – PMC) no conceito ampliado, que inclui veículos e material de construção, subiu 4,6% em agosto na comparação com julho, quando cresceu 7,1%, considerando a série com ajuste sazonal. Na passagem de julho para agosto de 2020, observou-se alta em sete dos dez segmentos pesquisados. O nível atual de vendas encontra-se em patamar 2,2% mais elevado que o observado em fevereiro (pré-crise). A normalização do funcionamento de estabelecimentos de atividades não essenciais e os recursos de políticas de compensação de renda podem ter contribuído para explicar a rápida reação que tem sido observada no comércio de bens.

GRÁFICO 5. VENDAS NO VAREJO AMPLIADO (SÉRIE DESSAZONALIZADA - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

No comparativo anual, o índice de vendas da PMC registrou alta de 3,9%, acumulando variação de -1,7% nos 12 meses encerrados em agosto. Quando analisada a variação acumulada em 12 meses, destaca-se que os segmentos de hipermercado e supermercados (3,8%), móveis e eletrodomésticos (8,1%), artigos farmacêuticos (6,3%) e material de construção (5,0%) apresentam variações superiores ao índice agregado.

Recuperação do consumo deve ocorrer de forma mais branda no segundo semestre. A redução do Auxílio Emergencial nos últimos meses do ano e a manutenção de quadro ainda adverso no mercado de trabalho devem contribuir para uma tendência de expansão mais moderada das vendas de bens de consumo nas próximas leituras.

População ocupada diminuiu 12,3% no trimestre finalizado em julho em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de pessoas ocupadas passou de 93,5 milhões no trimestre encerrado em julho de 2019 para 82 milhões nos três meses finalizados em julho de 2020 (redução de 11,5 milhões de pessoas e variação de -12,3%). A Tabela 2 contém informações referentes à população ocupada, extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Observa-se que o menor dinamismo do emprego na comparação com igual período do ano anterior ocorreu de forma generalizada entre as categorias, com exceção do setor público.

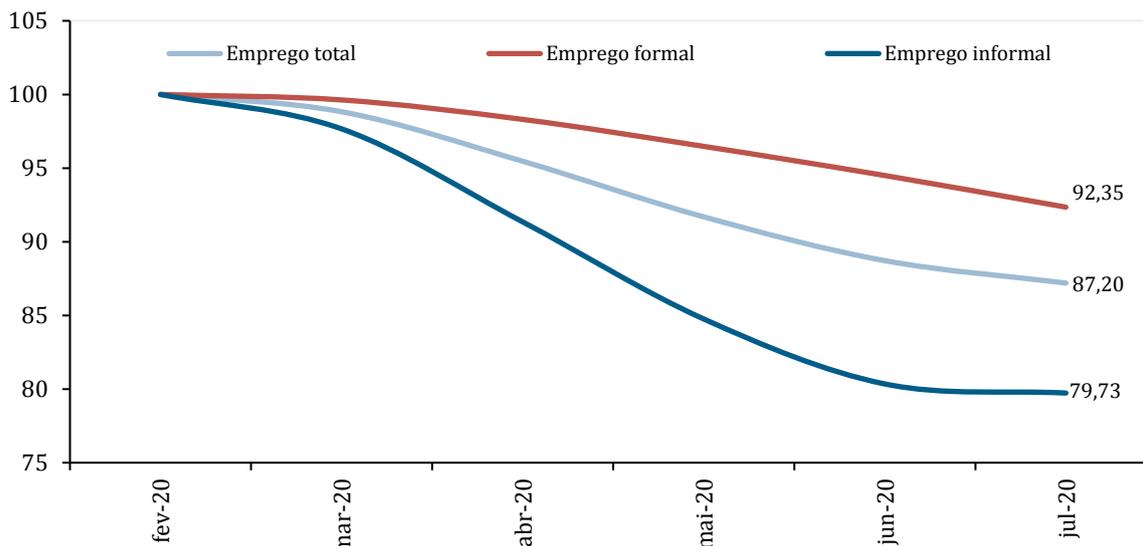
TABELA 2. POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Indicadores de emprego	Valores absolutos (mil pessoas)			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior			Percentual em relação ao total de ocupados		
	jul/19	jun/20	jul/20	jul/19	jun/20	jul/20	jul/19	jun/20	jul/20
População ocupada	93.584	83.347	82.027	2,4%	-10,7%	-12,3%	100%	100%	100%
Setor privado	44.803	38.793	38.076	1,9%	-13,2%	-15,0%	47,9%	46,5%	46,4%
Com carteira assinada	33.146	30.154	29.385	0,7%	-9,2%	-11,3%	35,4%	36,2%	35,8%
Sem carteira assinada	11.658	8.639	8.691	5,6%	-24,9%	-25,5%	12,5%	10,4%	10,6%
Trabalhador doméstico	6.280	4.714	4.593	0,4%	-24,6%	-26,9%	6,7%	5,7%	5,6%
Com carteira assinada	1.755	1.411	1.372	-5,2%	-20,7%	-21,8%	1,9%	1,7%	1,7%
Sem carteira assinada	4.525	3.303	3.222	2,7%	-26,2%	-28,8%	4,8%	4,0%	3,9%
Setor público	11.714	12.360	12.119	0,9%	6,0%	3,5%	12,5%	14,8%	14,8%
Empregador	4.331	3.955	3.938	-1,3%	-9,5%	-9,1%	4,6%	4,7%	4,8%
Com CNPJ	3.481	3.290	3.266	-0,7%	-5,9%	-6,2%	3,7%	3,9%	4,0%
Sem CNPJ	850	665	672	-4,0%	-23,8%	-20,9%	0,9%	0,8%	0,8%
Conta própria	24.227	21.664	21.406	5,2%	-10,3%	-11,6%	25,9%	26,0%	26,1%
Com CNPJ	4.807	5.364	5.192	-0,7%	-5,9%	-6,2%	5,1%	6,4%	6,3%
Sem CNPJ	19.420	16.300	16.214	-4,0%	-23,8%	-20,9%	20,8%	19,6%	19,8%
Trabalhador familiar auxiliar	2.230	1.861	1.895	5,0%	-15,5%	-15,0%	2,4%	2,2%	2,3%
População ocupada no mercado informal	38.683	30.768	30.694	4,5%	-20,0%	-20,7%	41,3%	36,9%	37,4%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Contração da população ocupada é mais expressiva nas categorias informais. No trimestre encerrado em julho, relativamente ao mesmo período do ano anterior, o contingente de pessoas ocupadas no mercado informal (incluindo as seguintes posições: empregado no setor privado sem carteira assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar) foi reduzido em 8 milhões de pessoas aproximadamente (de 38,7 milhões para 30,7 milhões - variação de -20,7%). Na mesma comparação, o número de pessoas ocupadas no setor privado com carteira assinada passou de 33,1 para 29,3 milhões (variação de -11,3%) – Tabela 2. O Gráfico 6 mostra a evolução do emprego (total, formal e informal) desde fevereiro de 2020 (pré-pandemia), em dados ajustados pela sazonalidade (cálculos da IFI), de onde se nota que o emprego informal (de menor remuneração) foi mais impactado na crise.

GRÁFICO 6. POPULAÇÃO OCUPADA C/ AJUSTE SAZONAL (FEV/20 = 100)

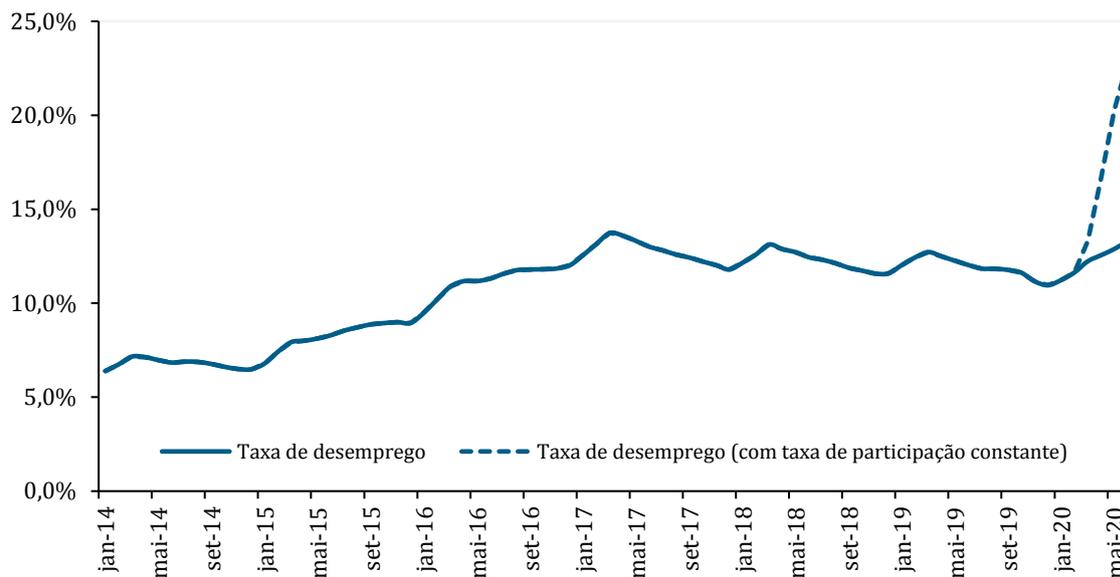


Fonte: IBGE e IFI (ajuste sazonal). Elaboração: IFI.

Recuo da força de trabalho atenua elevação da taxa de desemprego. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil atingiu 13,8% no trimestre encerrado em julho, 2,0 pontos percentuais acima do observado em igual período do ano anterior. O resultado refletiu o declínio da força de trabalho (-10,4% e redução de 10,9 milhões de pessoas) e do emprego (-12,3% e 11,5 milhões de pessoas). Em termos absolutos, 13,1 milhões de pessoas buscaram uma colocação e não foram absorvidas. Em termos dessazonalizados (cálculos da IFI), a taxa de desemprego subiu de 13,1% em junho para 13,7% em julho. O fato de menos pessoas procurarem emprego tem amenizado a elevação da taxa de desemprego, mas subsiste, como se vê, uma precariedade grande no mercado de trabalho.

Mantida a taxa de participação no mesmo patamar de julho de 2019 (62,1%), a taxa de desemprego em julho desse ano teria atingido o 24,1% da força de trabalho. A taxa de desemprego não subiu mais rapidamente (ver Gráfico 7) porque uma parcela das pessoas que perderam o emprego deixou a força de trabalho. Essa dinâmica pode ser vista pelo comportamento da taxa de participação. A relação entre o número de pessoas que compõem a força de trabalho e o número de pessoas em idade de trabalhar atingiu 54,7% no trimestre encerrado em julho (no mesmo período do ano passado a taxa de participação estava em 62,1%), o que mostra que a pandemia tem afetado a demanda (contratações) e a oferta de trabalho (participação).

GRÁFICO 7. TAXA DE DESEMPREGO (% DA FORÇA DE TRABALHO)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

Massa de rendimentos efetivos do trabalho recua 13,3% (em termos reais) no trimestre encerrado em julho.

Ainda segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio real efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 2.318 no trimestre encerrado em julho de 2020, 1,2% abaixo do patamar observado em mesmo período de 2019 (R\$ 2.346). A combinação dos rendimentos com a queda do emprego fez com que a massa salarial registrasse variação de -13,3% na mesma comparação (intensificando o recuo de 11,8% registrado no trimestre encerrado em junho).

Na mesma comparação com o trimestre encerrado em julho de 2019, o indicador de massa salarial ampliada disponível calculado pelo Banco Central diminuiu 5,1% em termos reais. Além dos rendimentos efetivos do trabalho, o indicador inclui outras fontes de recursos que se configuram como renda para as famílias (benefícios de proteção social - como BPC, bolsa família e seguro desemprego - e previdenciários pagos pelo governo federal) e desconta o imposto de renda e as contribuições previdenciárias, configurando-se como uma aproximação mais fidedigna do efetivo volume de recursos que circulam e dinamizam a economia.

1.2 Inflação e taxa de juros

Em setembro, o IPCA atingiu 3,1% no acumulado em 12 meses. De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou alta de 0,64% em setembro, após ter registrado variação de 0,24% em agosto, acumulando variação de 3,1% em 12 meses – o que coloca um viés de alta na projeção do ano (atualmente em 1,4%). O maior impacto sobre o índice partiu do grupo alimentação e bebidas (variação de 2,28% no mês e impacto de 0,46 ponto percentual na inflação cheia), pressionado pelo aumento dos preços de alimentos para consumo no domicílio.

A Tabela 3 mostra a evolução da variação acumulada em doze meses para o IPCA agregado e sua abertura entre “preços administrados” (conjunto de bens e serviços da cesta do IPCA cujos preços são estabelecidos por contratos ou órgão público, geralmente reajustados de acordo com a inflação passada e pouco sensíveis ao ciclo econômico) e “preços livres” (itens que são mais sensíveis às condições de oferta e de demanda). É possível observar que preços administrados

recuaram durante a pandemia, desacelerando de 6,0% em janeiro de 2020 para 1,1% em setembro, dinâmica oposta aos preços livres (3,8%).

Depreciação da taxa de câmbio pressiona preços comercializáveis. Entre os preços livres, o conjunto de bens comercializáveis (ou transacionáveis - afetados pelo comércio externo) acelerou de 4,8% em agosto para 6,2% em setembro - movimento que tem sido impulsionado, de certa maneira, pelo impacto da depreciação da taxa de câmbio. Entre janeiro e setembro, a taxa de câmbio R\$/US\$ passou de 4,27 para 5,64 (depreciação de 32,1%). Os preços de bens não comercializáveis (voltados para o mercado interno, incluindo serviços), apesar de terem acelerado entre agosto e setembro (de 1,4% para 2,1%), caminham ainda abaixo da inflação cheia.

TABELA 3. ABERTURA DO IPCA

Inflação ao consumidor									
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20
IPCA	4,2%	4,0%	3,3%	2,4%	1,9%	2,1%	2,3%	2,4%	3,1%
Preços administrados	6,0%	5,4%	4,4%	1,2%	-1,0%	0,1%	0,9%	1,1%	1,1%
Preços livres	3,6%	3,5%	2,9%	2,8%	2,9%	2,8%	2,8%	2,9%	3,8%
Comercializáveis	4,1%	4,1%	3,7%	3,1%	3,0%	3,3%	4,1%	4,8%	6,2%
Não comercializáveis	3,1%	2,9%	2,2%	2,4%	2,6%	2,3%	1,7%	1,4%	2,1%
Média dos núcleos de inflação	3,0%	3,1%	2,8%	2,4%	2,2%	2,0%	2,0%	1,9%	2,1%

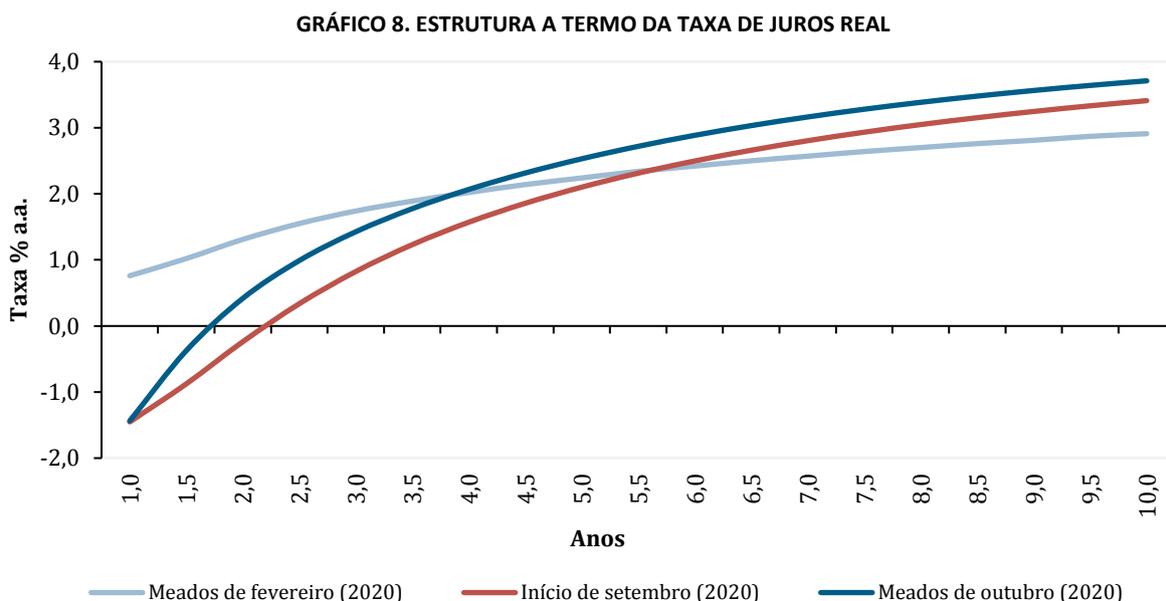
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

Tendência da inflação corrente permanece abaixo da meta de inflação. O aumento da inflação corrente afetou marginalmente a média dos núcleos de inflação⁴, que atingiu 2,1% no acumulado de doze meses, mantendo-se abaixo do piso da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para a inflação em 2020 (4,0% com intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 ponto percentual).

Expectativas de inflação sobem, mas permanecem abaixo da meta. Segundo informações do Boletim Focus do Banco Central, a mediana das expectativas para 2020 caminhou de 1,94% (no início de setembro) para 2,47% no início de outubro (mantendo-se próxima do limite inferior do intervalo de tolerância definido para 2020: 2,5%). A mediana para 2021 está posicionada em 3,0%, também abaixo da meta de 3,75% fixada para 2021. Mesmo com a depreciação observada na taxa de câmbio, esse quadro reflete a abertura do hiato do produto, intensificado durante a recessão, e vem permitindo a manutenção da taxa Selic no patamar de 2% a.a.

⁴ Os núcleos são medidas construídas pelo Banco Central para expurgar da inflação cheia a influência de itens de maior volatilidade que pressionam a inflação no curto prazo,

Prêmio embutido na curva futura de juros, no entanto, segue aumentando. O Gráfico 8 mostra a estrutura a termo de juros - calculada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), com base nas negociações secundárias com títulos públicos. Nota-se que houve um deslocamento para cima na curva de início de setembro e meados de outubro (dados do dia 13). A remuneração (em termos reais) de um título com prazo de dez anos, que estava em 2,9% em fevereiro, subiu para 3,4% em meados de setembro e para 3,7% em meados de outubro (dados do dia 13). Apesar da taxa básica em patamar historicamente baixo, a percepção do mercado em relação à evolução da dívida pública e ao equilíbrio fiscal no pós-crise tem contribuído para elevar o prêmio embutido na curva futura de juros.



2. CONJUNTURA FISCAL

2.1 Quadro geral

O déficit primário do governo central, que inclui o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) continuou a piorar em agosto, reflexo dos efeitos econômico e sociais da covid-19. No mês, o resultado primário foi negativo em R\$ 96,1 bilhões, contra déficit de R\$ 16,8 bilhões apurado em agosto de 2019. No acumulado de oito meses em 2020, o déficit alcançou R\$ 601,3 bilhões, ante R\$ 52,1 bilhões do mesmo período do ano passado.

Como se sabe, a piora no déficit primário do governo central tem ocorrido em razão de uma combinação de fatores. Por um lado, as receitas sofreram forte redução em razão do enfraquecimento da atividade econômica e de renúncias e diferimentos de tributos praticados pelo governo para melhorar a situação de caixa das empresas. De outro lado, as despesas cresceram para atenuar os impactos da crise sobre a renda das pessoas e para o tratamento dos infectados pelo vírus.

Em agosto, a arrecadação federal de tributos mostrou desempenho relativo superior ao dos meses anteriores, com crescimento real de 1,3% frente ao mesmo mês de 2019, de acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB). Essa reversão do movimento de queda ocorreu em função da continuidade de recuperação da atividade econômica, especialmente nos

segmentos da indústria e do varejo, assim como ao pagamento de cerca de metade dos tributos diferidos pelo governo federal em abril, estipulado para ocorrer em agosto.

A recuperação da atividade econômica em ritmo superior ao esperado e a perspectiva de continuidade dos recolhimentos de tributos diferidos, entre abril e junho, ainda em 2020, impõem um viés positivo para o cenário de receitas da IFI neste ano. Uma nova versão do cenário macroeconômico e fiscal será publicada na edição de novembro deste Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF).

Pelo lado das despesas, em agosto, houve novo incremento na comparação em 12 meses em razão das medidas adotadas pelo governo em diversas áreas para o enfrentamento da pandemia. No Relatório do Tesouro Nacional (RTN), o governo tem destacado o caráter continuado das despesas e a necessidade de serem circunscritas ao exercício de 2020. A materialização de alguns riscos, no entanto, pode obrigar o governo a rever essa diretriz, tais como uma nova onda de contaminação da população pelo coronavírus, o que estenderia os efeitos da pandemia para 2021, ao menos, assim como uma interrupção da retomada da atividade econômica com a retirada abrupta dos estímulos ora concedidos, o que afetaria a recuperação da arrecadação.

Outro destaque no quadro fiscal diz respeito à trajetória do endividamento público. Nas edições passadas deste Relatório de Acompanhamento Fiscal, a IFI tem mostrado que o crescimento da dívida ocorre em função de emissões necessárias para fazer frente ao incremento nos gastos com a pandemia. De acordo com o Banco Central, a dívida bruta do governo geral (DBGG) atingiu 88,8% do PIB em agosto, alta de 9,8 pontos percentuais frente ao mesmo mês de 2019.

A trajetória do endividamento em si não surpreende. O que tem chamado a atenção são alguns sinais de eventual piora na percepção de risco dos agentes com respeito às dificuldades do governo em conter uma trajetória explosiva para a dívida. Alguns desses sinais são o aumento das taxas de juros demandadas pelos agentes em títulos públicos com vencimentos mais longos, além do encurtamento dos prazos médios da dívida. Outro indício de piora nas expectativas dos agentes seria a maior volatilidade da taxa de câmbio R\$/US\$ frente ao observado com as taxas de câmbio de outros países emergentes.

É importante destacar que o cenário macroeconômico e fiscal da IFI não contempla piora significativa no ambiente econômico, derivado de uma deterioração acentuada de expectativas, por exemplo. Assume-se que o aumento da dívida como proporção do PIB ocorrerá em um contexto em que o governo retomará uma agenda de medidas de controle do gasto público e de aumento de receitas, de modo a manter a dívida em trajetória sustentável no médio e longo prazos. A correção desse desequilíbrio macroeconômico e o incentivo à produtividade são elementos importantes para a retomada do crescimento em bases sustentáveis.

2.2 Resultados do Governo Central e do Setor Público Consolidado

2.2.1 Resultado primário do Governo Central

Déficit primário do governo central alcançou R\$ 601,3 bilhões no acumulado de janeiro a agosto de 2020. Em agosto, de acordo com o Relatório do Tesouro Nacional (RTN), o governo central teve déficit primário de R\$ 96,1 bilhões, contra déficit de R\$ 16,8 bilhões apurado no mesmo mês de 2019. No acumulado de oito meses em 2020, o déficit primário foi de R\$ 601,3 bilhões, contra um resultado negativo de R\$ 52,1 bilhões registrado no mesmo período do ano anterior. Nessa comparação, o RGPS registrou déficit de R\$ 226,7 bilhões, enquanto o déficit apurado do Tesouro Nacional e do Banco Central foi de R\$ 377,4 bilhões.

Em 12 meses, o déficit primário registrado foi de R\$ 647,8 bilhões. Projeção da IFI para o ano contempla déficit de R\$ 877,8 bilhões. Nos 12 meses encerrados em agosto, o resultado primário do governo central foi negativo em R\$ 647,8 bilhões, equivalente a 8,9% do PIB. A projeção da IFI para o resultado de 2020 continua a ser um déficit de R\$ 877,8 bilhões, ou 12,7% do PIB, um recorde para a série histórica. A título de comparação, a projeção mais recente da Secretaria

Especial de Fazenda do Ministério da Economia indica déficit primário do governo central de R\$ 871,0 bilhões em 2020, ou 12,1% do PIB, enquanto a mediana das projeções de mercado contidas na edição de outubro do Relatório Mensal do Prisma Fiscal⁵ é de um déficit primário de R\$ 858,2 bilhões em 2020.

Receita primária total registrou queda de 15,0% no acumulado de 2020 até agosto. No acumulado de 2020 até agosto, a receita primária total do governo central totalizou R\$ 890,9 bilhões, uma redução real de 15,0% frente a 2019. Em agosto, por sua vez, a receita somou R\$ 121,4 bilhões, configurando aumento de 1,0%, acima da inflação, ante o mesmo mês do ano passado.

Recuperação da receita primária em agosto foi impulsionada pelo pagamento de tributos diferidos em abril. Esse crescimento das receitas em agosto, na comparação anual, refletiu, basicamente, o pagamento de tributos que haviam sido diferidos pelo governo em abril, em particular, o PIS/COFINS, a contribuição previdenciária patronal, as declarações de ajuste anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e os pagamentos referentes a parcelamentos especiais no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)⁶.

Recolhimento de COFINS e arrecadação para o RGPS apresentaram forte aumento em agosto na comparação anual. A título de ilustração, de acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em agosto, o recolhimento de COFINS correspondeu a R\$ 27,2 bilhões, aumento de 19,3%, em termos reais, frente a igual mês de 2019. A arrecadação líquida para o RGPS, por sua vez, totalizou R\$ 39,9 bilhões, com acréscimo real de 18,2% ante agosto do ano passado.

Pagamento de tributos diferidos em agosto foi de R\$ 17,3 bilhões, ante expectativa de R\$ 23,3 bilhões da Receita Federal. De acordo com a RFB, o montante apurado em agosto de tributos diferidos foi de R\$ 17,3 bilhões, ante um valor esperado de R\$ 23,2 bilhões para o mês. Do montante de R\$ 17,3 bilhões, R\$ 16,2 bilhões corresponderam a diferimentos de COFINS e contribuição previdenciária. Ressalte-se que os diferimentos desses tributos praticados em maio e junho estão previstos para regressar ao caixa do Tesouro em outubro e novembro, respectivamente.

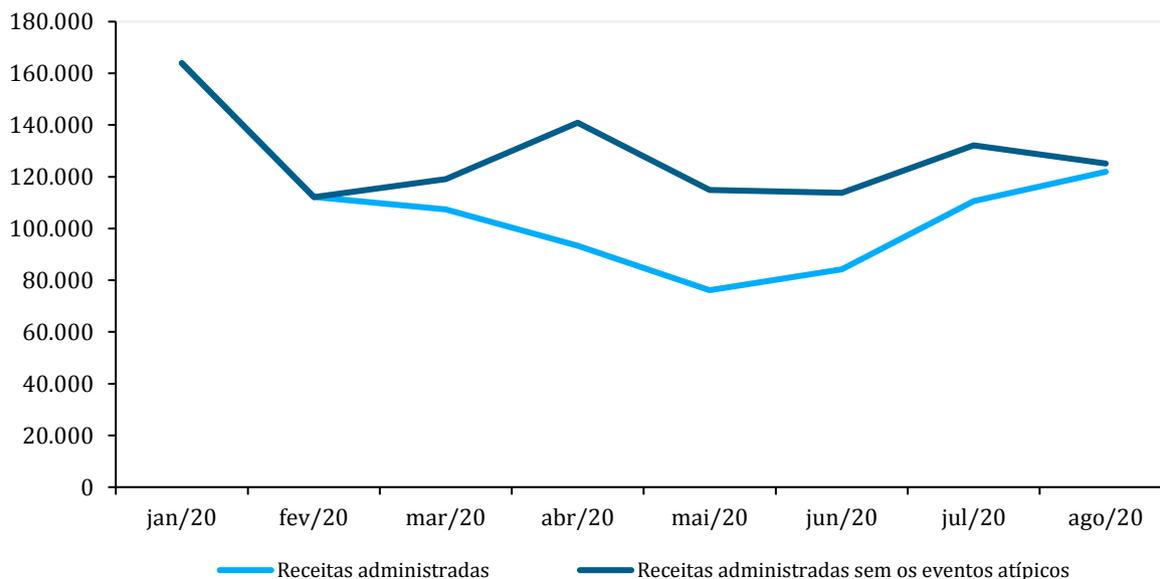
Algumas atipicidades que afetaram as receitas totalizaram R\$ 152,4 bilhões em 2020. O Gráfico 9 apresenta a evolução das receitas administradas pela RFB (inclui RGPS) em 2020, com e sem alguns eventos atípicos selecionados. A série contrafactual, calculada pela IFI com informações divulgadas pela RFB, reinsere nas receitas apuradas eventos como compensações tributárias⁷, diferimentos de tributos e a redução a zero da alíquota do IOF sobre operações de crédito. As três atipicidades mencionadas somaram, no acumulado de janeiro a agosto, R\$ 152,4 bilhões (valores correntes), segundo informações da RFB, montante que corresponde à diferença entre as duas curvas no gráfico.

⁵ Link para acesso ao Relatório: <https://bit.ly/379VPvC>.

⁶ A esse respeito, ver Portaria ME nº 201, de 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3400PB0>.

⁷ A compensação tributária foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.810, de 2018. Link para acesso: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=92690>.

GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS EM 2020 (COM E SEM EVENTOS ATÍPICOS SELECIONADOS) - R\$ MILHÕES



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: IFI.

Receitas administradas caíram 15,5%, em termos reais, no acumulado do ano. Queda na arrecadação para o RGPS foi de 12,8% no período. Da receita primária total do governo central nos primeiros oito meses do ano (R\$ 890,9 bilhões, equivalentes a 18,9% do PIB), as receitas administradas, exclusive as receitas do RGPS, totalizaram R\$ 554,5 bilhões, ou 11,8% do PIB, uma redução de 15,5% ante o período janeiro-agosto do ano passado. As receitas do RGPS, por sua vez, somaram R\$ 233,1 bilhões, com queda de 12,8% frente ao ano anterior. Por fim, as receitas não administradas de R\$ 103,5 bilhões no período sofreram redução de 17,0% ante 2019 (Tabela 4).

Como explicado anteriormente, as fortes contrações registradas nos três grandes grupos de receitas no acumulado do ano até agosto ocorreram em razão do enfraquecimento da atividade econômica, dos diferimentos de tributos, da redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito e das compensações tributárias.

Receita líquida apurada nos oito meses de 2020 foi de R\$ 719,2 bilhões, retração de 16,1%, em termos reais, frente a 2019, equivalente a R\$ 113,8 bilhões. Entre janeiro e agosto de 2020, a receita líquida do governo central somou R\$ 719,2 bilhões, montante R\$ 113,8 bilhões inferior ao do mesmo período de 2019. Essa redução na receita líquida correspondeu a uma variação negativa de 16,1%, em termos reais (Tabela 4). Como proporção do PIB, a queda na receita líquida, entre 2019 e 2020, considerando-se o acumulado do ano até agosto, correspondeu a 2,2 pontos percentuais.

TABELA 4. RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2018 A 2020 – ACUMULADO DE JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Ago/18			Jan-Ago/19			Jan-Ago/20		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	971,8	6,6%	21,4%	1.018,9	0,8%	21,4%	890,9	-15,0%	18,9%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	606,5	7,3%	13,4%	637,8	1,1%	13,4%	554,5	-15,5%	11,8%
<i>Incentivos fiscais</i>	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	243,7	0,4%	5,4%	259,8	2,6%	5,5%	233,1	-12,8%	5,0%
<i>Receitas não administradas</i>	121,6	16,5%	2,7%	121,3	-4,0%	2,5%	103,5	-17,0%	2,2%
Transferências	171,8	7,8%	3,8%	185,8	4,1%	3,9%	171,7	-10,2%	3,7%
Receita líquida	800,0	6,3%	17,6%	833,0	0,1%	17,5%	719,2	-16,1%	15,3%
PIB (R\$ bi correntes)			4.542,4			4.764,7			4.702,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Ritmo de redução na receita no segundo semestre de 2020 deverá diminuir em decorrência da recuperação da atividade econômica. A IFI prevê, para o segundo semestre de 2020, menor ritmo de queda nas receitas em razão da retomada gradual da atividade econômica. Uma nova revisão de cenários será publicada na edição de novembro deste Relatório. Os dados de atividade econômica referentes ao terceiro trimestre indicam uma recuperação melhor do que a esperada na última revisão de cenários da IFI, ocorrida em junho passado. Assim, a expectativa de queda de 6,5% para o PIB em 2020 possui viés de alta, conforme discutido na seção do Contexto Macroeconômico.

Eventual revisão para cima da projeção do PIB de 2020 vai influenciar a expectativa da arrecadação. Uma revisão para cima na variação do PIB no ano traria, conseqüentemente, uma expectativa de queda menor na arrecadação de tributos. Com efeito, a trajetória das receitas governamentais sinaliza uma melhora nos últimos meses, possivelmente em razão da recuperação da atividade econômica.

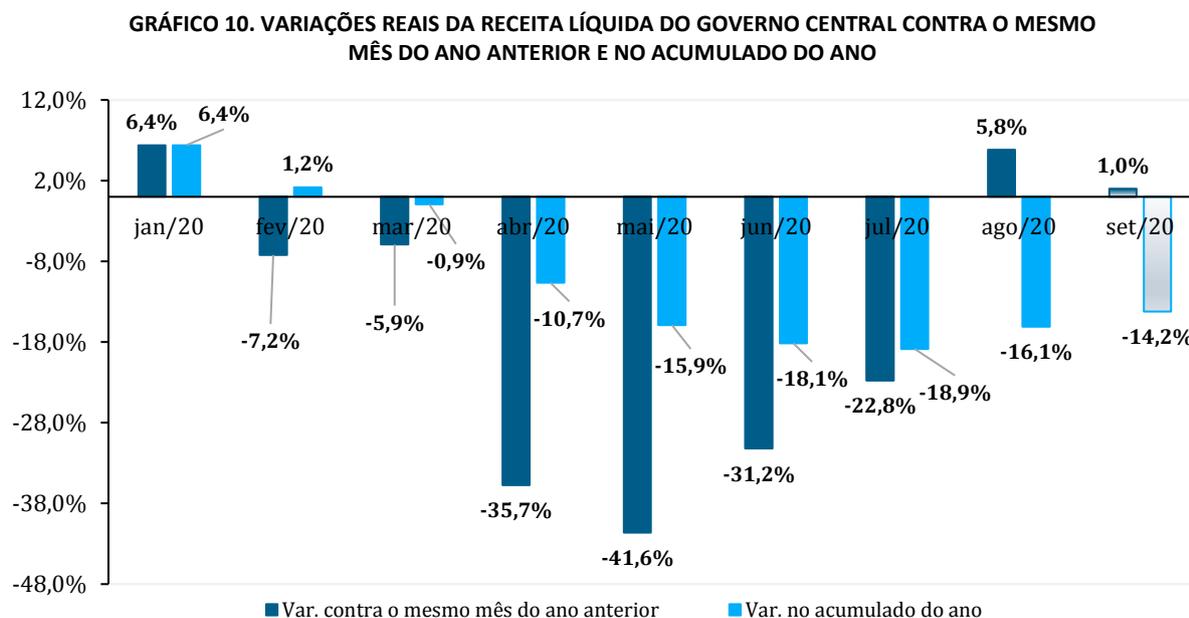
Pagamento de ao menos parte dos tributos diferidos ainda em 2020 impõe viés de alta na projeção da receita para o ano. Além disso, como mostraram os números da arrecadação de agosto, as empresas conseguiram pagar boa parte dos tributos diferidos em abril, o que traz uma perspectiva favorável de que consigam restituir em 2020 os mesmos tributos diferidos em maio e junho. Assim, o pagamento de ao menos parte dos tributos diferidos ainda neste ano também impõe um viés de alta na projeção de receitas governamentais para 2020.

As quedas na receita têm sido menores no terceiro trimestre do ano, sugerindo efeito positivo da atividade sobre a arrecadação. A percepção de que a atividade econômica tem afetado positivamente as receitas fica reforçada com as informações disponibilizadas no Gráfico 10, que indica contrações cada vez menores da receita líquida nas comparações com igual mês do ano anterior e no acumulado de 2020. No acumulado de 2020 até agosto, como mencionado anteriormente, a queda da receita líquida, em termos reais, foi de 16,1%, após contrações registradas de 18,9% no acumulado até julho e de 18,1% no acumulado até junho (Gráfico 10).

Exercício realizado pela IFI com base em informações do Portal Siga Brasil mostra que recuperação da receita líquida teve continuidade em setembro. O Gráfico 10 contém, ainda, uma estimativa feita pela IFI para o comportamento da receita líquida do governo central em setembro. Os cálculos foram feitos a partir de informações

disponibilizadas no Portal Siga Brasil⁸, do Senado Federal. Para obter a receita líquida, foi necessário levantar as receitas primárias do governo central e descontar o montante de transferências realizadas pela União a Estados e Municípios⁹.

De acordo com a estimativa, receita líquida teria acréscimo real de 1,0% em setembro sobre igual mês de 2019. A estimativa encontrada pela IFI para a receita líquida do governo central em setembro foi de R\$ 107,3 bilhões, montante 1,0% superior ao apurado em setembro de 2019, em termos reais. No acumulado de 2020 até setembro, a receita líquida teria registrado queda de 14,2%, também em termos reais. Importante destacar que se trata de uma conta feita com base em informações sobre a execução do orçamento e que poderá ser aperfeiçoada pela IFI em trabalhos futuros. O número oficial será divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no fim de outubro.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Projeção da IFI para a receita líquida em 2020 foi mantida em R\$ 1.087,4 bilhões. Voltando à análise das informações contidas na edição de agosto do RTN, nos 12 meses encerrados naquele mês, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 1.244,1 bilhões, R\$ 65,6 bilhões a menos que a apurada no mesmo período de 2019. A projeção da IFI para essa variável em 2020 é de R\$ 1.087,4 bilhões. Como mencionado anteriormente, essa projeção possui um viés de alta e deverá ser revisada na edição de novembro deste Relatório. A título de ilustração, a mediana das projeções de mercado contidas na edição de outubro do Relatório Mensal do Prisma Fiscal contempla receita líquida do governo central em R\$ 1.156,8 bilhões em 2020.

Em relação às receitas administradas do governo central em agosto, destaca-se o comportamento dos seguintes tributos:

⁸ Trata-se de um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso a dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), além de outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Link para acesso à página do Siga Brasil: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.

⁹ As transferências da União obtidas no portal Siga Brasil não contêm a informação referente a superávit dos fundos constitucionais, constante no Relatório do Tesouro Nacional (RTN). Para calcular o valor referente a setembro das transferências, foi somada à série obtida no Siga Brasil a média do superávit desses fundos no período de janeiro a agosto de 2020, no caso, - R\$ 287,1 milhões.

- (i) **Imposto de Renda (IR):** arrecadação de R\$ 19,1 bilhões, queda de R\$ 6,3 bilhões frente ao mesmo mês de 2019 (contração real de 26,5%). Esse resultado foi influenciado, principalmente, por redução na arrecadação do IRPJ na estimativa mensal, além de contração no recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em razão do decréscimo nos rendimentos do trabalho;
- (ii) **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF):** R\$ 0,9 bilhão arrecadado no mês, queda de R\$ 2,6 bilhões, em termos nominais, ante agosto de 2019 (redução real de 74,8%). Essa contração ocorreu em razão da edição do Decreto nº 10.305/2020, que estabeleceu a redução a zero das alíquotas de IOF incidentes sobre operações de crédito contratadas entre 3 de abril e 3 de julho de 2020. Posteriormente, o Decreto nº 10.414/2020 prorrogou a vigência dessa medida até 2 de outubro de 2020 e o Decreto nº 10.504/2020 prorrogou a medida mais uma vez, desta vez a 31 de dezembro de 2020;
- (iii) **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** recolhimento de R\$ 27,2 bilhões, montante R\$ 4,9 bilhões superior ao apurado em agosto de 2019 (alta real de 19,3%). O crescimento registrado na receita de COFINS no período ocorreu, como explicado anteriormente, em função do pagamento, em agosto, de recolhimentos correspondentes a março de 2020, que deixaram de ser recolhidos em abril por força de medidas de atenuação do impacto da pandemia sobre a atividade econômica;
- (iv) **PIS/PASEP:** arrecadação de R\$ 7,4 bilhões, aumento de R\$ 1,6 bilhão, em termos nominais, frente a agosto de 2019 (+24,9%, em termos reais). A explicação para esse comportamento é a mesma da apresentada para a COFINS; e
- (v) **CSLL:** recolhimento de R\$ 3,7 bilhões, queda de R\$ 2,1 bilhões, em termos nominais, frente a agosto do ano passado (-37,8%, em termos reais). Vide explicação para o comportamento da receita do IRPJ.

Receita do RGPS em agosto sofreu influência do pagamento de tributos diferidos e de parcelamentos especiais.

A arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) totalizou R\$ 39,9 bilhões, em agosto, com aumento de R\$ 6,9 bilhões, em valores nominais, comparativamente ao mesmo mês de 2019 (acréscimo de 18,2%, em termos reais). O comportamento das receitas previdenciárias foi influenciado pelo pagamento da parcela do diferimento da Contribuição Previdenciária Patronal relativa a abril de 2020 e dos parcelamentos especiais referentes a maio de 2020, além do aumento de compensações tributárias com débito de receita previdenciária em função da Lei nº 13.670/2018.

Projeção da IFI para a arrecadação líquida do RGPS em 2020 foi mantida em R\$ 364,7 bilhões. Nos 12 meses encerrados em agosto, a arrecadação líquida para o RGPS totalizou R\$ 386,5 bilhões, a preços correntes. A projeção da IFI para essa receita em 2020 contempla um recolhimento de R\$ 364,7 bilhões, ou seja, no segundo semestre do ano, apesar de alguma recuperação esperada na margem para a atividade econômica, o comportamento da massa salarial deverá continuar a desacelerar as receitas para o RGPS.

Em relação às receitas não administradas, merece destaque o comportamento da rubrica **demais receitas**, com arrecadação de R\$ 4,9 bilhões em agosto, incremento de R\$ 2,5 bilhões ante o mesmo mês do ano anterior (+99%, em termos reais), em razão da restituição de depósitos de sentenças judiciais não sacados.

Nos 12 meses encerrados em agosto, as receitas administradas do governo central, excetuadas as receitas do RGPS, totalizaram R\$ 862,8 bilhões, ao passo que as receitas não administradas alcançaram montante de R\$ 258,0 bilhões. A expectativa da IFI contempla volumes de R\$ 841,1 bilhões para as receitas administradas e de R\$ 156,3 bilhões para as receitas não administradas em 2020, no cenário base.

Despesa total atingiu R\$ 1.320,5 bilhões no acumulado até agosto, alta real de 45,1% ante 2019. Por sua vez, a despesa total de R\$ 1.320,5 bilhões, nos primeiros oito meses de 2020, configurou aumento real de 45,1% frente a 2019, atingindo 27,8% do PIB. No período, o pagamento de benefícios previdenciários no âmbito do RGPS totalizou R\$ 458,6 bilhões, crescimento real de 14,0%; pessoal (ativos e inativos) somou R\$ 208,9 bilhões, queda real de 0,2%; o abono e

seguro desemprego alcançou R\$ 43,5 bilhões (+13,1%); o Benefício da Prestação Continuada (BPC) somou R\$ 41,8 bilhões (+2,7%); sentenças judiciais e precatórios perfizeram R\$ 21,8 bilhões (+46,2%); enquanto os créditos extraordinários (exceto PAC) saltaram 9884,3%, em termos reais, alcançando R\$ 293,6 bilhões no período janeiro-agosto de 2020 (Tabela 5).

Vale observar, conforme será analisado na seção Painel de créditos extraorçamentários da Covid-19, a execução até o meio de outubro, extraída pela IFI a partir de dados do SIOF, já supera R\$ 451 bilhões, bem acima, portanto, do valor constante de edição de agosto do Relatório Mensal do Tesouro.

Antecipação de pagamentos de 13º a aposentados e do abono salarial pressionaram a despesa no primeiro semestre. O crescimento de algumas das despesas mencionadas teve relação com a crise da covid-19. A título de ilustração, o forte aumento nas despesas com benefícios previdenciários (RGPS), no acumulado de 2020 até agosto, ocorreu em função da antecipação do pagamento das duas parcelas do abono anual dos beneficiários (13º) dos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro para abril, maio e junho. Estima-se que essa antecipação tenha correspondido a R\$ 46 bilhões. Excluindo esse montante do acumulado de R\$ 458,6 bilhões, nos primeiros oito meses de 2020, a alta na despesa teria sido da ordem de 5,3%, em termos reais.

Os gastos com abono e seguro desemprego, de R\$ 43,5 bilhões, entre janeiro e agosto de 2020 (+13,1%, em termos reais), refletem, principalmente, a antecipação do pagamento do abono salarial para junho.

TABELA 5. DESPESAS SELECIONADAS DO GOVERNO CENTRAL – 2018 A 2020 – ACUMULADO DE JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Ago/18			Jan-Ago/19			Jan-Ago/20		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	862,8	2,4%	19,0%	885,1	-1,3%	18,6%	1.320,5	45,1%	27,8%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	367,3	2,1%	8,1%	391,6	2,5%	8,2%	458,6	14,0%	9,6%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	194,4	1,1%	4,3%	203,6	0,7%	4,3%	208,9	-0,2%	4,4%
<i>Abono e seguro desemprego</i>	37,0	-3,8%	0,8%	37,3	-2,9%	0,8%	43,5	13,1%	0,9%
<i>Benefícios de Prestação Continuada (BPC)</i>	37,3	1,1%	0,8%	39,6	2,0%	0,8%	41,8	2,7%	0,9%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	0,3	-51,8%	0,0%	2,8	941,6%	0,1%	293,6	9884,3%	6,2%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	9,7	-9,0%	0,2%	7,5	-25,6%	0,2%	6,8	-11,6%	0,1%
<i>Fundeb</i>	10,0	1,1%	0,2%	10,9	4,8%	0,2%	11,3	1,3%	0,2%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	13,2	27,8%	0,3%	14,5	5,0%	0,3%	21,8	46,2%	0,5%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	12,3	-31,8%	0,3%	9,9	-22,1%	0,2%	23,7	131,7%	0,5%
Obrigatórias	789,4	1,4%	17,4%	821,9	0,1%	17,2%	1.256,0	48,7%	26,4%
Obrigatórias com controle de fluxo	88,7	6,1%	2,0%	89,3	-3,2%	1,9%	80,6	-12,2%	1,7%
Discricionárias	73,4	14,2%	1,6%	63,2	-17,2%	1,3%	64,6	-0,5%	1,4%
PIB (R\$ bi correntes)			4.542,4			4.764,9			4.754,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Forte aumento na despesa proveniente de créditos extraordinários ocorreu em função de auxílios contra a pandemia. A despesa com créditos extraordinários (exceto PAC), de R\$ 293,6 bilhões, que cresceu R\$ 290,8 bilhões ante os primeiros oito meses de 2019, decorreu de medidas como (i) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade (R\$ 212,8 bilhões); (ii) despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios (R\$ 31,9

bilhões); (iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 22,3 bilhões); e (iv) ampliação do Programa Bolsa Família (R\$ 0,4 bilhão).

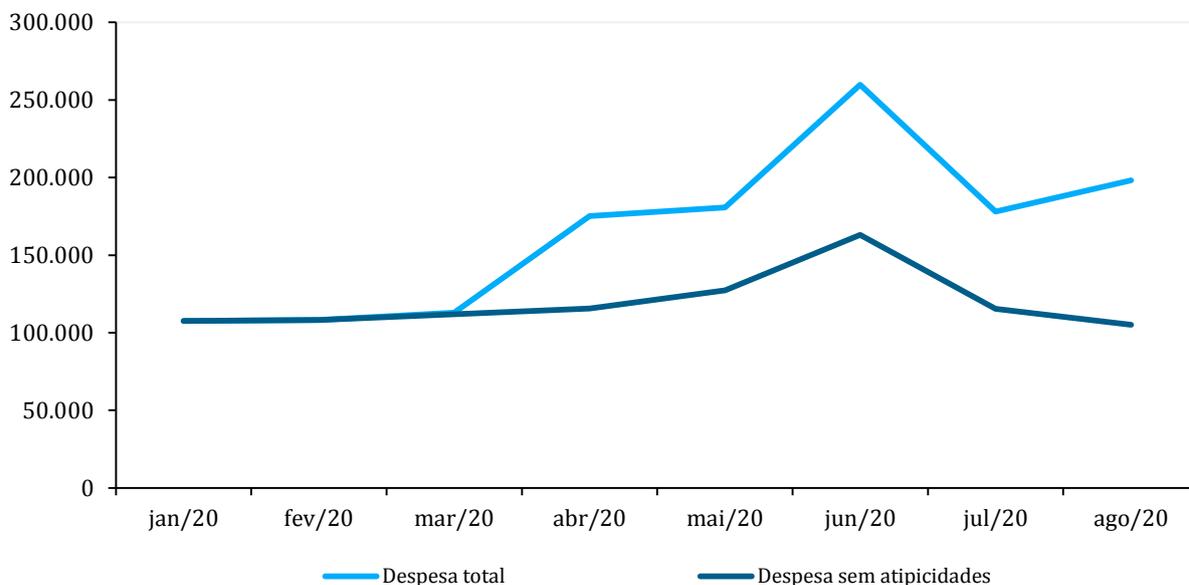
Ainda em relação à Tabela 5, as despesas obrigatórias cresceram 48,7%, em termos reais, a R\$ 1.256,0 bilhões, no acumulado de 2020 até agosto, enquanto as despesas discricionárias oscilaram negativamente em 0,5% nessa base de comparação, alcançando R\$ 64,6 bilhões.

Pagamentos no âmbito do Bolsa Família feitos por meio de créditos extraordinários reduziram as despesas obrigatórias com controle de fluxo no acumulado de 2020. De acordo com a STN, a queda de 12,2%, em termos reais, nas despesas obrigatórias com controle de fluxo nos primeiros oito meses de 2020 frente ao ano passado deveu-se à diminuição de R\$ 13,4 bilhões, em termos reais, nos gastos no âmbito do Programa Bolsa Família, visto que as despesas do Programa foram pagas, em boa medida, por meio de créditos extraordinários, no contexto do combate aos efeitos econômicos e sociais da pandemia, no âmbito do Auxílio Emergencial a Vulneráveis.

Com o objetivo de isolar os efeitos da pandemia sobre as despesas do governo central em 2020, a IFI calculou uma série contrafactual para as despesas do governo central retirando da despesa total os gastos associados à crise da covid-19, reportados pela STN nas edições do Relatório do Tesouro Nacional (RTN) e nas respectivas apresentações do relatório.

Despesas atípicas originadas de medidas de combate à pandemia totalizaram R\$ 366,5 bilhões entre janeiro e agosto de 2020. O Gráfico 11 exibe a evolução da despesa primária total em 2020 e a série construída que deduz as atipicidades do período de janeiro a agosto de 2020. O montante de despesas executadas em decorrência da pandemia somou, até o oitavo mês do ano, R\$ 366,5 bilhões, correspondentes à diferença entre as duas curvas do gráfico. Importante notar que, na ausência dos gastos com a pandemia, a trajetória da despesa primária do governo central estaria bem comportada, mantendo o padrão observado no período 2017-2019.

GRÁFICO 11. EVOLUÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA TOTAL EM 2020 (COM E SEM EVENTOS ATÍPICOS SELECIONADOS) - R\$ MILHÕES



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Na comparação em 12 meses, despesa primária total cresceu 32,5%, em termos reais, em agosto, a R\$ 1.891,9 bilhões. Projeção da IFI para o resultado de 2020 contempla despesa de R\$ 1.965,1 bilhões. Em 12 meses, a

despesa primária total do governo central alcançou, a preços de agosto de 2020, R\$ 1.891,9 bilhões, alta real de 32,5% frente aos 12 meses imediatamente anteriores. A expectativa da IFI é que a despesa alcance um montante de R\$ 1.965,1 bilhões em 2020 (28,4% do PIB). Até o fim do ano, as despesas executadas no âmbito da crise da covid-19 deverão ficar concentradas nos créditos extraordinários.

Especificamente em agosto, merecem destaques as execuções das seguintes despesas:

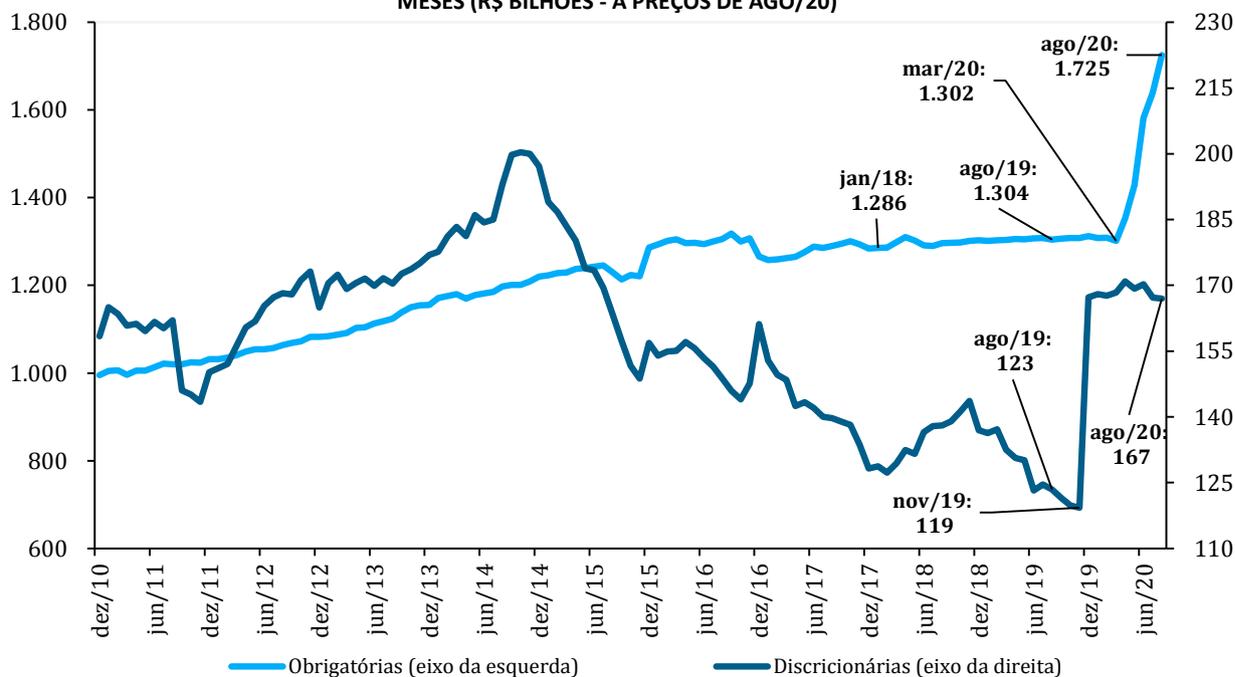
- (i) **Fundos de participação dos Municípios, dos Estados e IPI-EE:** montante de R\$ 13,9 bilhões, com redução de R\$ 2,0 bilhões, em termos nominais, frente a agosto de 2019 (-14,8%, em termos reais). Essa redução ocorreu em função do desempenho dos tributos compartilhados (IR e IPI), comparativamente ao mesmo período do ano anterior;
- (ii) **Transferência por repartição de receita – Exploração de recursos naturais:** volume de R\$ 3,6 bilhões, queda de R\$ 1,8 bilhão (-34,6% real). Esse efeito decorreu da diminuição da arrecadação em Exploração de Recursos Naturais;
- (iii) **Benefícios previdenciários:** despesa de R\$ 50,1 bilhões, redução de R\$ 3,5 bilhões comparativamente ao mesmo mês de 2019 (-8,7%, em termos reais). Essa queda ocorreu, conforme explicado anteriormente neste texto, em função da antecipação de parcela do abono anual (13º) aos aposentados e pensionistas do INSS do segundo semestre do ano para abril, maio e junho.
- (iv) **Apoio financeiro a Estados e Municípios:** gasto de R\$ 15,2 bilhões, com aumento em igual magnitude em relação a 2019. Essa despesa é resultante do auxílio emergencial a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito do conjunto de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais da pandemia;
- (v) **Créditos extraordinários (exceto PAC):** pagamentos de R\$ 64,7 bilhões, com alta de R\$ 64,2 bilhões ante agosto de 2019, derivados da implementação de medidas de combate a covid-19, tais como: Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 45,3 bilhões), Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios (R\$ 10,3 bilhões), cotas dos fundos garantidores de operações de crédito (R\$ 5,0 bilhões), e Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 4,1 bilhões);
- (vi) **Subsídios, subvenções e Proagro:** despesas de R\$ 13,2 bilhões, com aumento de R\$ 13,1 bilhões frente ao mesmo mês do ano passado. Esse crescimento é explicado por repasse feito pelo Tesouro ao BNDES para a operacionalização do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), disciplinado na Lei nº 14.043, de 2020; e
- (vii) **Despesas obrigatórias com controle de fluxo:** montante de R\$ 8,9 bilhões, redução de R\$ 2,7 bilhões com respeito ao mesmo mês de 2019 (-25,1%, em termos reais). Essa redução se explica pela diminuição nos valores pagos no âmbito do Programa Bolsa Família, tendo em vista que as despesas do programa foram executadas, em larga medida, por meio de créditos extraordinários no âmbito das medidas adotadas para reduzir os efeitos da crise da covid-19.

Despesa primária total acumulada em 12 meses saiu de um patamar de R\$ 1.301,5 bilhões em março para R\$ 1.725,0 bilhões em agosto. O Gráfico 12 ilustra a piora verificada no cenário das despesas do governo central, a partir de abril, considerando-se as séries em 12 meses dos indicadores de despesas obrigatórias e discricionárias. Em março, as despesas obrigatórias, a preços de agosto de 2020, somaram R\$ 1.301,5 bilhões, montante que passou a R\$ 1.353,3 bilhões em abril, R\$ 1.428,7 bilhões em maio, R\$ 1.581,9 bilhões em junho, R\$ 1.640,3 bilhões em julho, e R\$ 1.725,0 bilhões em agosto. Importante notar que, até março passado, o governo federal estava conseguindo manter essas despesas relativamente estáveis.

As despesas discricionárias, por sua vez, têm permanecido em patamar pouco abaixo de R\$ 170 bilhões, no acumulado de 12 meses, desde o início de 2020 (Gráfico 12). O salto no montante dessas despesas entre novembro e dezembro de 2019 ocorreu em função do pagamento feito pelo Tesouro a Petrobras pela revisão do contrato de cessão onerosa (R\$ 34,4 bilhões), assim como a um aumento de capital de empresas estatais não dependentes (R\$ 7,4 bilhões). Sem as despesas atípicas do fim do ano passado, o acumulado em 12 meses estaria em R\$ 125,1 bilhões.

A evolução das despesas obrigatórias conforme mostrada no Gráfico 12 ilustra bem o tamanho do desafio fiscal que vai se impor à sociedade brasileira quando a situação de emergência, instalada com a pandemia, começar a voltar à normalidade. Apesar de o governo insistir que as despesas executadas para atenuar os efeitos da pandemia vão ficar circunscritas ao exercício de 2020, existem riscos que, caso se materializem, manteriam a necessidade de gastos em 2021, a exemplo da própria discussão sobre o chamado Renda Cidadã, um programa de transferência de renda.

GRÁFICO 12: DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E OBRIGATÓRIAS FEDERAIS ACUMULADAS EM 12 MESES (R\$ BILHÕES - A PREÇOS DE AGO/20)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Eventual segunda onda da pandemia pode estender a situação de calamidade para 2021. Por exemplo, em países europeus, há sinais de uma segunda onda da pandemia, o que fez alguns governos adotarem novas medidas de isolamento social e de restrição à circulação de pessoas. Uma situação como essa pode ocorrer no Brasil, o que poderia exigir maiores gastos do governo por um período maior de tempo. A IFI está acompanhando a situação geral da economia e da pandemia e seguirá emitindo parecer sobre os efeitos de eventuais novas medidas anunciadas.

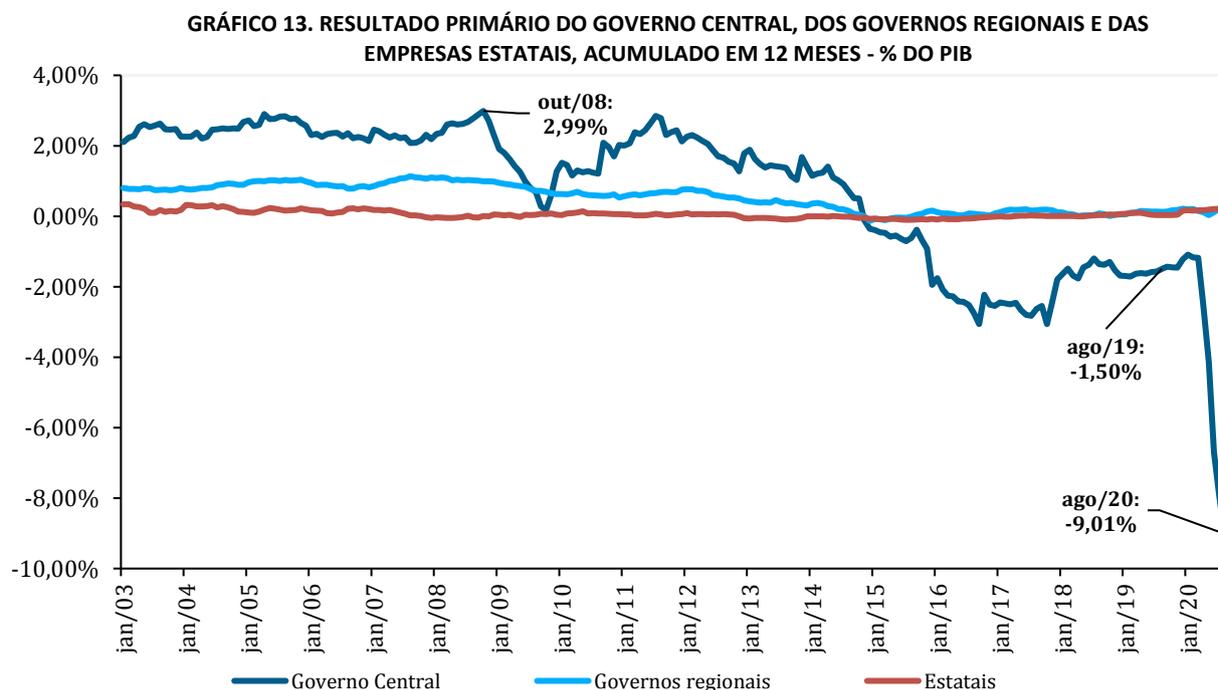
A redução do déficit primário do governo central no curto prazo pode envolver uma combinação de medidas tanto pelo lado da receita, quanto da despesa. Ainda que um risco como o descrito acima não se materialize, pode ocorrer uma situação em que a atividade econômica perca força à medida que o governo retire os estímulos concedidos durante a crise. Um cenário como esse afetaria a dinâmica das receitas, pressionando o déficit primário do governo central. De acordo com a última revisão de cenários feita pela IFI, em junho passado, a relação dívida bruta/PIB só se estabilizaria ao longo da próxima década no cenário otimista, uma evidência de que a reversão do resultado primário de

déficit para superávit poderá requerer uma combinação de medidas que afetem tanto as receitas (majoração de carga tributária) quanto as despesas.

2.2.2 Resultados do Setor Público Consolidado

Déficit primário do setor público consolidado foi de R\$ 87,6 bilhões em agosto. De acordo com o Banco Central, em agosto, o resultado primário do setor público consolidado, que inclui o Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais, foi deficitário em R\$ 87,6 bilhões¹⁰. Para esse resultado, o Governo Central respondeu por um déficit primário de R\$ 96,4 bilhões, enquanto os governos regionais registraram superávit de R\$ 9,1 bilhões e as empresas estatais, déficit de R\$ 219 milhões.

Em 12 meses, o déficit primário do setor público alcançou R\$ 611,3 bilhões, equivalentes a 8,5% do PIB. Na comparação em 12 meses, o resultado primário do setor público consolidado foi negativo em R\$ 611,3 bilhões em agosto (8,5% do PIB). O Governo Central respondeu por um déficit de R\$ 648,2 bilhões no período (9,0% do PIB), enquanto os governos regionais e as empresas estatais tiveram superávits de, respectivamente, R\$ 22,5 bilhões (0,2% do PIB) e R\$ 14,4 bilhões (0,2% do PIB). O Gráfico 13 apresenta essas informações. Até o fim de 2020, o déficit primário do governo central vai piorar mais em razão do forte crescimento da despesa, apesar de a arrecadação ter iniciado alguma recuperação.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

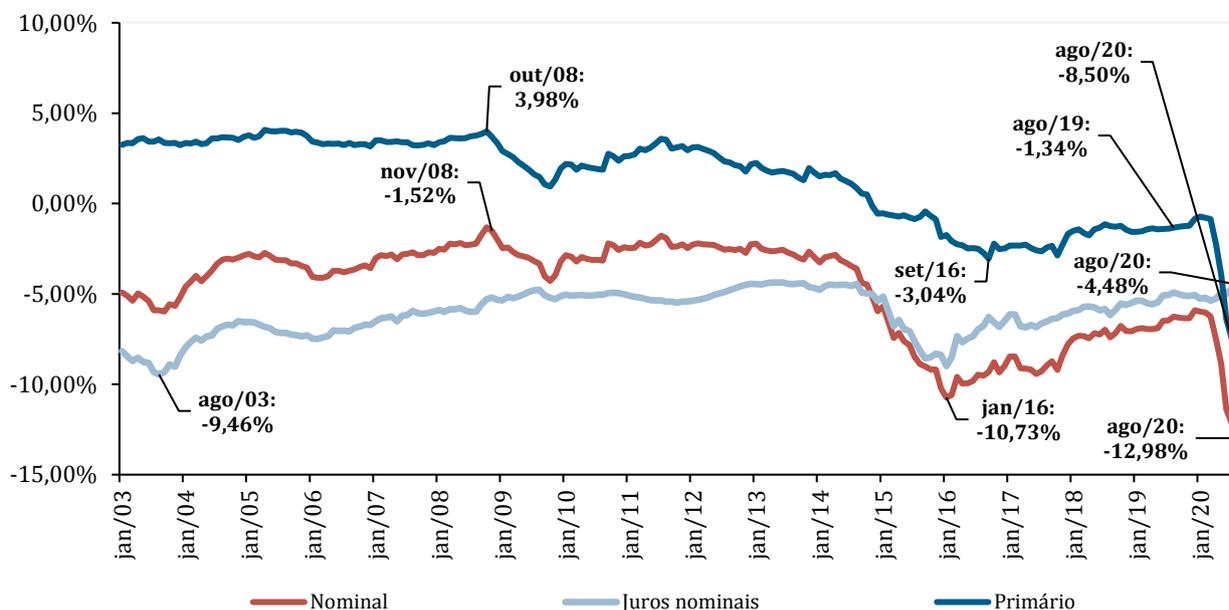
¹⁰ Os números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no Relatório de Tesouro Nacional (RTN) diferem marginalmente dos apresentados na Nota de Política Fiscal do Banco Central em razão das metodologias consideradas para a apuração dos números. A principal diferença é que a STN utiliza a metodologia “acima da linha”, que consiste em apurar a diferença entre as receitas e as despesas do governo central, isto é, considera a diferença entre os fluxos de receitas e despesas em um dado período para calcular o resultado primário. O Banco Central, por sua vez, emprega a metodologia “abaixo da linha”, que consiste em calcular as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas. Enquanto a estatística “abaixo da linha” permite analisar como o governo financiou o seu déficit, o resultado fiscal “acima da linha” permite avaliar as causas dos desequilíbrios, além de outros aspectos qualitativos da política fiscal. Mais explicações podem ser encontradas em <https://bit.ly/2qUbhsH>.

Conforme explicado anteriormente, essa dinâmica do resultado primário pode piorar em 2021 em função da ocorrência de eventos não previstos no atual cenário, como uma segunda onda de contaminação da população pelo coronavírus.

Ainda na comparação em 12 meses, em agosto, déficit nominal do setor público atingiu R\$ 933,5 bilhões (13,0% do PIB), enquanto o pagamento de juros registrado foi de R\$ 322,2 bilhões (4,5% do PIB). O Gráfico 14 apresenta a trajetória em 12 meses dos resultados primário, nominal e do pagamento de juros pelo setor público consolidado. O déficit nominal, que considera o déficit primário (receita líquida menos despesa primária) mais o pagamento de juros da dívida pública, somou R\$ 933,5 bilhões (13,0% do PIB) nos 12 meses encerrados em agosto. O pagamento de juros correspondeu a R\$ 322,2 bilhões (4,5% do PIB), enquanto o primário configurou déficit de R\$ 611,3 bilhões (8,5% do PIB).

Despesa de juros do setor público deve continuar a aliviar, em parte, o déficit nominal no curto prazo. O déficit nominal do setor público consolidado continuará a aumentar nos próximos meses em razão da trajetória esperada para o déficit primário, afetado pelo aumento das despesas para fazer frente aos impactos da pandemia e pela recuperação mais gradual das receitas primárias. Esse movimento será parcialmente compensado pela despesa de juros nominais, que seguirá em trajetória cadente em razão da manutenção dos juros básicos da economia em níveis reduzidos até, ao menos, 2021.

GRÁFICO 14. RESULTADO PRIMÁRIO, NOMINAL E GASTOS COM JUROS ACUMULADOS EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Apesar de as despesas de juros estarem em níveis historicamente baixos para os padrões brasileiros, a evolução recente do ambiente doméstico exige cautela. Incertezas em relação à condução da política fiscal tendem a fazer com que os agentes prefiram ativos com maior liquidez. Além disso, como o mercado tem pedido maior prêmio para comprar títulos de vencimento mais longo, o Tesouro tem optado por encurtar o prazo de vencimento das novas emissões.

Essa estratégia tem funcionado, mas vai exigir a explicitação de um plano crível de contenção do crescimento dos déficits primários, sob risco de os agentes econômicos colocarem em xeque a capacidade de se restabelecer, em algum momento, as condições de sustentabilidade da dívida/PIB. A correção desse desequilíbrio macroeconômico é importante para, entre

outros aspectos, manter os juros em níveis reduzidos, impedir a volta da inflação, reduzir a volatilidade da taxa de câmbio e permitir aos formuladores de políticas avançar em estratégias de aumento da produtividade da economia brasileira.

As incertezas em relação à duração dos efeitos da pandemia afetam a recuperação da atividade econômica e, por conseguinte, das receitas governamentais. Uma eventual segunda onda de disseminação do vírus, como observado em outros países, é fator de risco adicional para a economia. Assim, é possível que as medidas excepcionais adotadas em 2020 sejam, em parte, postergadas para 2021.

2.2.3 Evolução dos indicadores de endividamento do setor público

Se, em agosto, o risco-país de economias emergentes recuou com a melhora no ambiente econômico internacional, em setembro esse risco subiu em razão de incertezas relacionadas à recuperação econômica dos países, dado que em muitos foram verificados sinais de uma segunda onda da pandemia, assim como incertezas em relação a um novo pacote fiscal a ser implementado pelos Estados Unidos.

O contexto de juros internacionais em níveis relativamente reduzidos mantém elevada a liquidez internacional, favorecendo países como o Brasil, que podem também manter os juros reduzidos, favorecendo, em tese, a gestão da dívida pública pelo governo.

Estoque da Dívida Pública Federal cresceu R\$ 67,8 bilhões em agosto frente a julho. De acordo com o Relatório Mensal da Dívida (RMD), da STN, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) passou de R\$ 4.344,6 bilhões em julho para R\$ 4.412,4 bilhões em agosto (aumento de R\$ 67,8 bilhões), em função de emissão líquida de títulos de R\$ 31,9 bilhões e de apropriação positiva de juros de R\$ 35,9 bilhões. As emissões líquidas consideram as emissões totais descontadas dos resgates realizados no mês.

Emissões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna responderam pela alta do estoque da dívida. Das emissões líquidas realizadas em agosto (R\$ 31,9 bilhões), R\$ 32,2 bilhões corresponderam a emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), enquanto a Dívida Pública Federal Externa (DPFe) sofreu resgate líquido de R\$ 0,3 bilhão. A maior emissão líquida da DPMFi foi de títulos prefixados (R\$ 87,3 bilhões), seguida por títulos com taxas flutuantes (R\$ 14,4 bilhões).

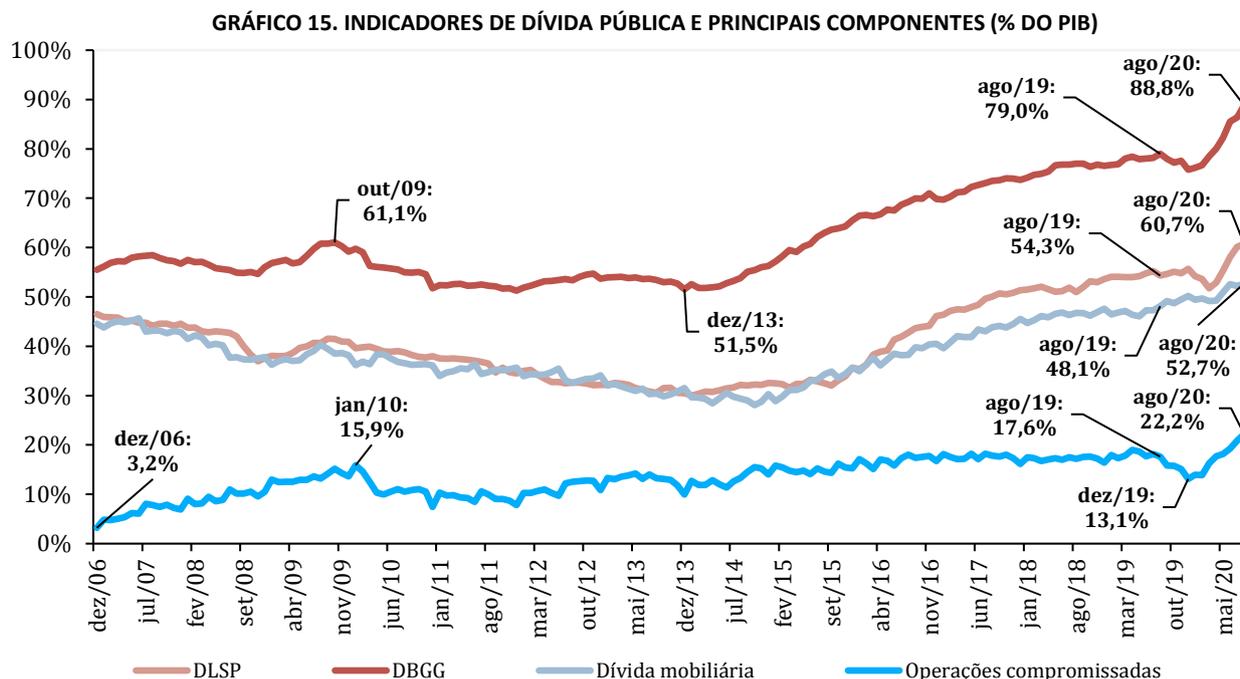
Dívida líquida do setor público cresceu 0,6 ponto percentual do PIB em agosto ante julho, alcançando 60,7% do PIB. Segundo informações do Banco Central, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 60,7% do PIB, em agosto, 0,6 ponto percentual acima do saldo verificado no mês anterior. A trajetória do indicador é de alta no curto prazo (Gráfico 15). Na comparação com agosto de 2019, o aumento foi de 6,4 pontos percentuais. A alta da DLSP como proporção do PIB em agosto comparativamente a julho decorreu do déficit primário no mês (incremento de 1,2 ponto percentual), da apropriação de juros (+0,5 ponto percentual) e da depreciação de 5,2% da taxa de câmbio (redução de 1,0 ponto percentual).

Alta de 0,5 ponto percentual do PIB da dívida mobiliária em agosto refletiu as emissões líquidas da DPMFi. A Dívida Mobiliária em poder do mercado cresceu de 52,2% do PIB em julho para 52,7% do PIB em agosto, alcançando R\$ 3.790,9 bilhões. Esse aumento, como mencionado anteriormente, correu em função das emissões líquidas de títulos em agosto. Na comparação com agosto de 2019, a dívida mobiliária cresceu 4,6 pontos percentuais (Gráfico 15).

Dívida bruta do governo geral subiu de 86,4% do PIB em julho para 88,8% do PIB em agosto. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) saiu de R\$ 6.210,0 bilhões em julho de 2020 (86,4% do PIB) para R\$ 6.389,7 bilhões em agosto (88,8% do PIB). Na comparação com agosto de 2019, houve aumento de 9,8 pontos percentuais no indicador (Gráfico 15). Segundo o Banco Central, o movimento da DBGG entre julho e agosto refletiu emissões líquidas de dívida bruta¹¹

¹¹ As emissões líquidas de dívida bruta correspondem a resgates líquidos de títulos do Tesouro e a aumento de operações compromissadas.

(aumento de 1,8 ponto percentual), a incorporação de juros nominais (alta de 0,4 ponto percentual) e o efeito da desvalorização cambial (alta de 0,3 ponto percentual).



Emissão líquida de dívida respondeu por 7,7 pontos percentuais de alta da dívida bruta no acumulado de 2020.

No acumulado de janeiro a agosto de 2020, o crescimento de 13,0 pontos percentuais da DBGG em relação ao PIB decorreu de emissões líquidas de dívida (alta de 7,7 pontos percentuais), incorporação de juros nominais (incremento de 3,0 pontos percentuais), da depreciação da taxa de câmbio (crescimento de 1,7 ponto percentual) e da variação do PIB nominal (alta de 0,7 ponto percentual). Para o ano, a IFI projeta que a dívida bruta atingirá 96,1% do PIB, uma alta de 20,3 pontos percentuais do PIB em relação a 2019 (75,8%).

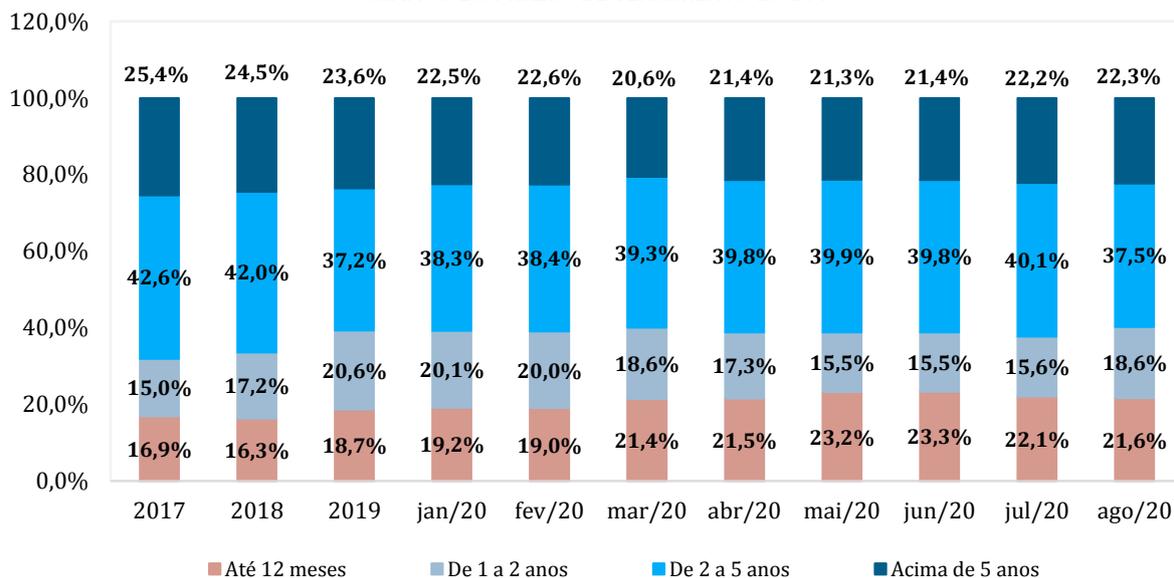
Operações compromissadas subiram 4,6 pontos percentuais do PIB em agosto frente ao mesmo mês de 2019.

Por fim, as operações compromissadas do Banco Central cresceram de R\$ 1.497,9 bilhões (20,8% do PIB) em julho para R\$ 1.596,5 bilhões (22,2% do PIB) em agosto. Na comparação com agosto de 2019, as compromissadas registraram incremento de 4,6 pontos percentuais (Gráfico 15). A trajetória do indicador é também afetada pelo uso de recursos da Conta Única do Tesouro para fazer frente às despesas decorrentes da situação de calamidade com a pandemia. A título de explicação, o uso dos recursos da Conta Única pelo Tesouro aumenta a liquidez do sistema monetário e exigem enxugamento pelo Banco Central.

Ao longo de 2020, prazos de vencimento da dívida pública estão sendo encurtados.

O crescimento acelerado da dívida pública nos últimos seis meses foi acompanhado de uma piora nos prazos de vencimento, que começaram a encurtar a partir de março. Em dezembro de 2019, os títulos com vencimento em até 12 meses representavam 18,7% do total da DPF, enquanto os títulos com vencimento superior a cinco anos respondiam por 23,6% do estoque. Em agosto de 2020, a parcela relativa dos títulos com vencimento em até 12 meses havia subido a 21,6%, aumento de 2,9 pontos percentuais. Por sua vez, os títulos de vencimento mais longo (acima de cinco anos) tiveram a participação diminuída de 23,6% em dezembro passado para 22,3% em agosto, uma redução de 1,3 ponto percentual (Gráfico 16).

GRÁFICO 16. PRAZOS DE VENCIMENTO DA DPF

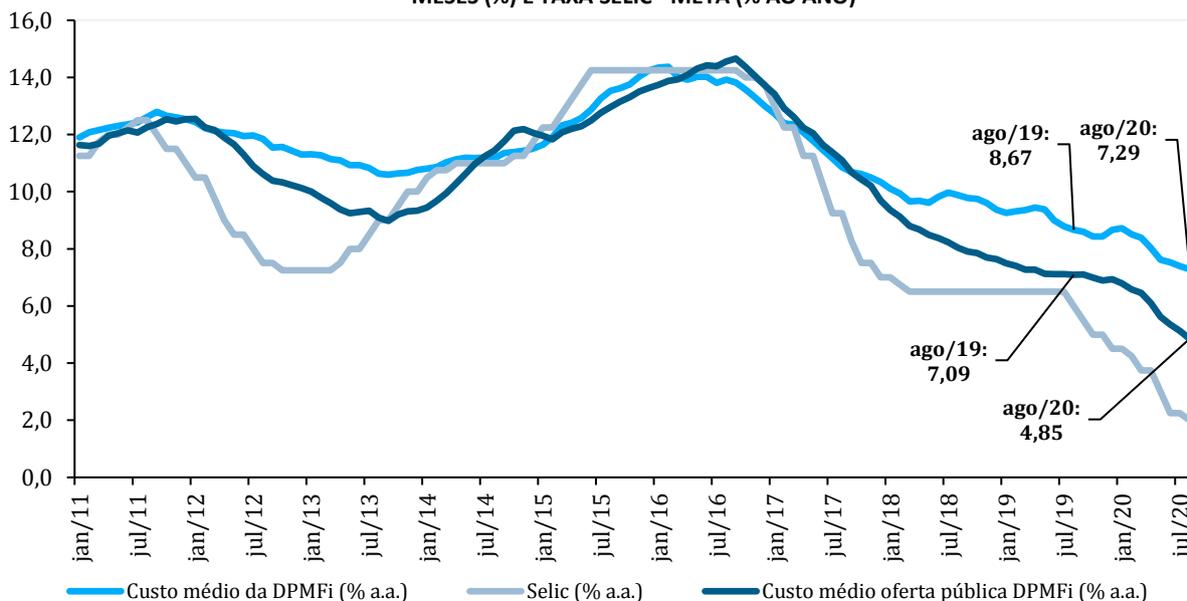


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI

Custo médio do estoque da DPMFi caiu para 7,29% ao ano em agosto. O custo da dívida pública, por sua vez, voltou a cair em agosto. As taxas da DPMFi, que representou 95% do estoque da DPF no mês, encontram-se em níveis confortáveis. O custo médio da DPMFi acumulado nos 12 meses encerrados em agosto foi de 7,29% ao ano, contra 7,40% ao ano apurado em julho e 8,67% ao ano registrado em agosto do ano passado (Gráfico 17).

Custo médio das emissões da DPMFi caiu 0,28 ponto percentual entre julho e agosto, a 4,85% ao ano. A redução no custo médio do estoque da DPMFi ocorre porque o custo das novas emissões realizadas pelo Tesouro também está caindo. O custo médio das emissões da DPMFi em 12 meses chegou a 4,85% ao ano em agosto, uma redução de 0,28 ponto percentual frente a julho, e outra de 2,24 pontos percentuais em comparação ao mesmo mês do ano anterior (Gráfico 17).

GRÁFICO 17. CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (%) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

É preciso ter claro, no entanto, que essa redução no custo das novas emissões da DPMFi guarda relação com o encurtamento dos vencimentos dos títulos da dívida pública. Conforme apresentado no Gráfico 8, os juros longos negociados em contratos da B3 estão subindo, refletindo uma maior aversão a risco dos agentes econômicos. O encurtamento dos prazos dos títulos emitidos ajuda na estratégia de reduzir a apropriação de juros, no entanto, aumenta a exposição do Tesouro Nacional a eventos que possam causar deterioração de expectativas dos agentes com respeito à dinâmica e sustentabilidade da dívida pública.

Aumento na diferença entre os juros de curto e longo prazo pode dificultar a gestão da dívida pública. No ambiente doméstico, os sinais são de preocupação com a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo, como atesta o aumento na inclinação das curvas de juros futuros no período recente (Gráfico 8). O aumento na diferença entre os juros de curto e de longo prazo pode acarretar um desafio para o governo na gestão da dívida pública.

Banco Central muda estratégia nas operações compromissadas para auxiliar a gestão da dívida pelo Tesouro. Para concluir esta seção, alguns comentários adicionais sobre as taxas de emissão da DPMFi. A partir do fim de agosto, as taxas médias de emissão nos leilões do Tesouro começaram a subir, mesmo nos títulos com vencimentos mais curtos. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), por exemplo, passaram a ser negociadas com ágio cada vez maior. Por essa razão, em 9 de outubro último, o Banco Central anunciou uma revisão nos prazos e montantes praticados nos leilões regulares de operações compromissadas com títulos públicos federais¹². O Tesouro, por sua vez, vai passar a ofertar LFTs com prazo em 2022, e não mais em 2023.

A intenção da autoridade monetária com a medida foi a de aperfeiçoar o instrumento de enjugamento de liquidez da economia, por meio das operações compromissadas, de modo a não afetar as emissões de títulos pós-fixados (LFTs) realizadas pelo Tesouro Nacional. A alteração no leilão das compromissadas a ser realizado em 29 de outubro de 2020,

¹² Para maiores explicações, acessar: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17209/nota>.

com limite de rolagem de R\$ 600 bilhões, tende a afetar a demanda pelos títulos emitidos pelo Tesouro e, conseqüentemente, reduzir o ágio pedido pelos agentes nas emissões de LFTs.

Com efeito, algumas informações disponíveis para o período de 13 a 16 de outubro mostram redução nesse ágio, indicando que a estratégia, a princípio, está alcançando o efeito desejado.

3. ORÇAMENTO

A resposta fiscal à pandemia teve impacto profundo sobre o orçamento de 2020. Até março, considerava-se o cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (1,6% do PIB), àquela altura já insuficiente para estabilizar a dívida pública. Hoje, o governo projeta um déficit de R\$ 871 bilhões (12% do PIB), sete vezes a meta inicialmente estipulada (Gráfico A). A projeção da IFI para o déficit – atualizada em junho e que será revista no RAF de novembro – é próxima à oficial (R\$ 877,8 bilhões). Vale lembrar que, diante da situação de calamidade provocada pela pandemia, o Decreto Legislativo nº 6, do dia 20 de março, suspendeu o cumprimento da meta de resultado primário em 2020, usando prerrogativa conferida pelo art. 65 da LRF.

O impacto sobre o orçamento ocorre por diferentes canais. As receitas caem por conta da retração da atividade econômica e desonerações e diferimentos do pagamento de tributos. Ao mesmo tempo, as despesas sobem rapidamente para mitigar os efeitos sobre a renda da parcela mais vulnerável da população e sobre a situação financeira das empresas menores, além dos gastos diretamente dirigidos ao sistema de saúde.

Esses efeitos e as linhas gerais de atuação do governo já estão relativamente consolidados e, em boa medida, refletem o que tem ocorrido nas principais economias do mundo¹³. O fato é que o quadro fiscal gerado pela pandemia – e talvez nesse aspecto o Brasil se destaque mais do que outros países¹⁴– mudou momentaneamente a ordem de grandeza das variáveis fiscais. Qualquer ajuste marginal nas projeções para 2020 parece pequeno diante da magnitude do déficit esperado no ano.

Nesse sentido, o déficit primário observado ao fim do exercício dependerá basicamente do comportamento das receitas afetadas pela pandemia e da execução dos créditos extraordinários decorrentes da calamidade. Sobre esses dois aspectos, ainda há bastante incerteza para o restante do ano. Deve-se ter especial atenção ao ritmo de recuperação da economia, à magnitude dos retornos de receitas tributárias diferidas e aos pagamentos realizados em gastos extraordinários frente às respectivas autorizações orçamentárias.

Essas dinâmicas serão consideradas na próxima revisão de cenários da IFI, em novembro, e no próximo relatório bimestral do Poder Executivo. Por ora, o que se observa nas projeções oficiais, conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre (ou “relatório bimestral”) ¹⁵, o mais recente, é uma elevação de R\$ 737 bilhões na estimativa do déficit primário de 2020, provocada, em maior escala, pelo crescimento da estimativa dos gastos em relação à previsão inicial (+R\$ 567 bilhões) e, em menor escala, pelo recuo da projeção das receitas (-R\$ 170 bilhões), estas já líquida das transferências da União aos demais entes (Gráficos 18 e 19).

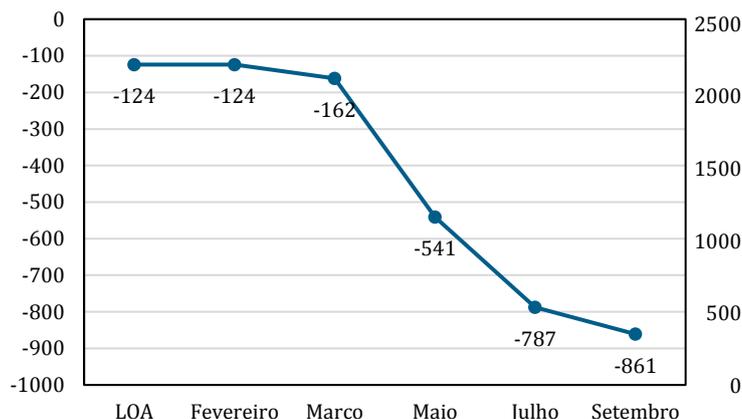
Cumprir notar que o acompanhamento das projeções fiscais oficiais é feito bimestralmente pelo Poder Executivo por meio do “relatório bimestral”.

¹³ O FMI fornece um bom panorama aqui: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19>.

¹⁴ Segundo a base de dados do FMI (citada acima), a resposta orçamentária do Brasil é muito superior à das economias emergentes e próxima à das economias avançadas.

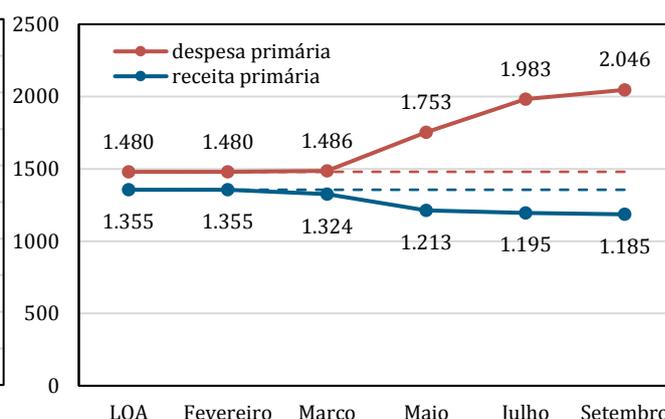
¹⁵ Os relatórios bimestrais estão disponíveis em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2020/16>.

GRÁFICO 18. PROJEÇÃO OFICIAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BI)



Fonte: Decreto 10.249 e alterações. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 19. PROJEÇÃO OFICIAL PARA RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BI)



Fonte: Decreto 10.249 e alterações. Elaboração: IFI.

Após rápida e acentuada deterioração das expectativas de crescimento para 2020, as projeções se estabilizaram em terreno um pouco menos negativo (Tabela 6). O governo, que na LOA previa crescimento real do PIB de 2,3%, manteve em setembro a projeção das duas avaliações anteriores, queda de 4,7%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que em junho apontava queda de 9,1%¹⁶, neste mês atualizou sua projeção para uma retração de 5,8%¹⁷. Esse valor também é próximo à mediana das expectativas do mercado colhidas pelo Banco Central, conforme visto na seção de Contexto Macroeconômico. Em 9 de outubro, elas indicavam queda de 5%. Os cenários fiscais da IFI consideram recuo de 6,5%, com viés de melhora.

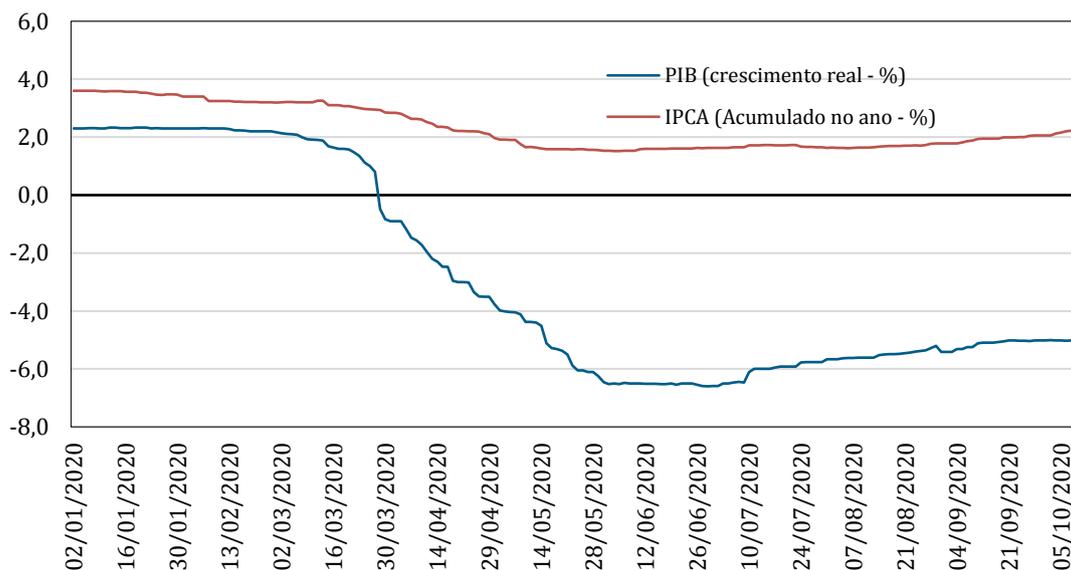
As expectativas para a inflação parecem fazer movimento parecido. Após elaborar o orçamento com projeção de 3,5% para o IPCA em 2020, a previsão do governo chegou a cair para 1,6% em junho, mas foi elevada para 1,8% na avaliação de setembro (Tabela 6). Já o FMI, com a atualização divulgada em outubro, prevê inflação de 2,7% para o Brasil neste ano, bem acima do governo, mas próximo à mediana das expectativas do mercado, que era de 2,5% no dia 9 de outubro. A IFI, por sua vez, prevê inflação medida pelo IPCA de 1,4%, mas os dados mais recentes trazem um viés de alta para o indicador (conforme comentamos na seção Contexto Macroeconômico). Como no caso do PIB, a revisão da estimativa será apresentada em novembro.

Os movimentos ao longo do ano nas projeções de crescimento do PIB e inflação podem ser exemplificados no Gráfico 20, que contempla as expectativas do mercado (Banco Central) para esses dois indicadores desde o início do ano até o dia 9 de outubro.

¹⁶ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>.

¹⁷ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>.

GRÁFICO 20. EXPECTATIVAS DO MERCADO PARA 2020 - BANCO CENTRAL



Fonte: Banco Central (SGS). Elaboração: IFI.

Em complemento, a tabela a seguir consolida as projeções para 2020 dos principais parâmetros macroeconômicos por diferentes fontes.

TABELA 6. PROJEÇÕES PARA OS PRINCIPAIS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS EM 2020

Parâmetros	Governo		IFI	Mercado	FMI
	LOA	Setembro	Junho	09/out	Outubro
PIB real (%)	2,3	-4,7	-6,5	-5,0	-5,8
IPCA acum (%)	3,5	1,8	1,4	2,5	2,7
Taxa Over - SELIC Média (%)	4,4	2,6	3,4	2,7	ND
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	4,0	5,1	4,5	5,2	ND
Massa salarial nominal (%)	6,3	-4,3	-5,2*	ND	ND

Fonte: Banco Central, FMI, Ministério da Economia e IFI. Elaboração: IFI. *A estimativa da IFI para a massa salarial nominal considera toda a população ocupada, não apenas a parcela com carteira de trabalho.

O choque sobre a previsão de arrecadação para 2020 foi brutal. Na comparação com as projeções iniciais da Lei Orçamentária (LOA), os dados do relatório do 4º bimestre (setembro) mostram queda em todos os principais itens da receita primária (Tabela 7). Vale lembrar que a avaliação bimestral de setembro já incorpora a receita realizada nos dois primeiros quadrimestres do ano. No total, a projeção de receitas primárias caiu R\$ 197,6 bilhões (12%) em relação à previsão inicial na LOA.

O impacto do diferimento de tributos no resultado de 2020 segue incerto. Todas as medidas voltadas ao diferimento de tributos no âmbito da União preveem que os pagamentos postergados sejam realizados ainda em 2020, o que, ao menos em tese, não teria impacto no resultado primário do exercício. De fato, o relatório de avaliação relativo ao 4º

bimestre projeta impacto muito pequeno dos diferimentos de receitas administradas e previdenciárias¹⁸. A IFI, diferentemente, adotou, na revisão de cenário de junho, a premissa de que os diferimentos regressariam aos cofres da União entre 2021 e 2025, no formato semelhante a um Refis, em razão das dificuldades de caixa que as empresas enfrentarão no rescaldo da crise.

O que ocorrerá de fato provavelmente será algo entre essas duas possibilidades. Conforme apontamos na seção de Conjuntura Fiscal, o pagamento de tributos diferidos tem ocorrido, mas em magnitude inferior à prevista pela Receita Federal do Brasil (RFB). Esses dados recentes a respeito dos diferimentos serão levados em consideração na nossa próxima revisão de cenários em novembro.

A Tabela 7 traz as projeções atuais do governo para os itens da receita primária e os compara com as projeções contidas originalmente na LOA. Em geral, as diferenças decorrem da retração da atividade em função da pandemia, o que tende a atingir principalmente as receitas tributárias administradas pela RFB. Mas também se observa um recuo importante nas projeções das receitas não administradas pela RFB. Nesse caso, as prováveis perdas estão mais relacionadas à exclusão da receita anteriormente prevista com a desestatização da Eletrobras (que impacta os recursos provenientes de “concessões e permissões”) e com a redução no preço do petróleo em comparação com o que se previa na elaboração do orçamento (que afeta a receita proveniente de “exploração de recursos naturais”).

TABELA 7. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES OFICIAIS DE RECEITAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)

Receita	LOA	Decreto 10.500 (Setembro)	Var. Acum.	
			Valor	%
Total	1.644,1	1.446,5	-197,6	-12,0
Administrada pela RFB	1.003,1	884,9	-118,1	-11,8
Imposto sobre a Importação	47,2	43,4	-3,8	-8,1
Imposto sobre Produtos Industrializados	59,3	50,9	-8,4	-14,1
Imposto sobre a Renda	410,6	373,8	-36,8	-9,0
Imposto sobre Operações Financeiras	43,3	29,2	-14,1	-32,6
Cofins - Contribuição Seguridade Social	259,0	224,7	-34,4	-13,3
Contribuição para o Pis/Pasep	71,5	62,5	-9,0	-12,6
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	87,1	76,4	-10,7	-12,3
Cide - Combustíveis	2,9	2,3	-0,5	-18,5
Outras receitas administradas	22,2	21,7	-0,4	-1,9
Arrecadação líquida para o RGPS	436,5	398,4	-38,1	-8,7
Não administrada pela RFB	204,6	163,2	-41,4	-20,3
Concessões e permissões	21,1	8,7	-12,4	-58,7
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	18,3	17,4	-0,9	-5,1
Contribuição do Salário Educação	22,7	20,4	-2,3	-10,1
Exploração de recursos naturais	68,1	55,9	-12,2	-17,9
Outras receitas não administradas	74,4	60,8	-13,7	-18,4

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e Decreto 10.500/2020. Elaboração: IFI.

¹⁸ Anexos II e III do relatório.

As projeções para o gasto primário também foram modificadas substancialmente ao longo do ano. Em relação ao que se previa inicialmente na LOA, o aumento é de R\$ 566,9 bilhões, ou 38,3% (Tabela 8). Diferente do que ocorreu na receita, onde todas as projeções foram revistas para baixo no decorrer do ano, a variação nas projeções de despesa é relativamente concentrada nos créditos extraordinários abertos em decorrência da calamidade pública. Ao todo, já foram incorporados ao orçamento R\$ 603,7 bilhões com esses gastos¹⁹. O tópico a seguir detalha a execução, até o momento, dos créditos extraordinários da Covid-19.

É importante entender como os créditos extraordinários estão sendo consignados nos relatórios oficiais. Nem todas as despesas abertas por meio desses créditos têm sido alocadas no item relativo a “créditos extraordinários”. Isso ocorre em todos os demonstrativos em que a discriminação dos itens segue a lógica da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC), cujos principais exemplos são o próprio relatório bimestral e o Resultado do Tesouro Nacional²⁰. Em linhas gerais, nos casos em que o novo gasto se refere a uma despesa obrigatória para a qual o demonstrativo já contém item específico, ele será contabilizado nesse item. É o caso, por exemplo, dos auxílios financeiros a Estados e Municípios, que já correspondem a um dos itens dos demonstrativos da NFGC. Da mesma forma, os recursos direcionados ao financiamento para pagamento folha salarial foram contabilizados nas linhas destinadas a subsídios e subvenções.

Essa separação explica por que, na Tabela 8 a seguir, a projeção para o item “créditos extraordinários” ser de R\$ 476,8 bilhões e não de R\$ 588,7 bilhões, que corresponde efetivamente ao total de gastos abertos por créditos extraordinários no relatório bimestral.

Ter clareza quanto a essa distinção é relevante, pois permite que cenários fiscais elaborados por diferentes agentes, entre eles a IFI, sejam efetivamente comparáveis. Na próxima revisão de cenário, a IFI fará os ajustes necessários para adequar suas projeções à separação adotada nos demonstrativos oficiais.

A execução dos créditos extraordinários no restante do ano merece atenção. Até o momento, R\$ 451,5 bilhões, que equivalem a 75% dos gastos autorizados por créditos extraordinários, foram efetivamente pagos (conforme detalhado no tópico a seguir). Esse é o valor da execução atualizado até meados de outubro; portanto, difere do dado apresentado na seção Conjuntura Fiscal, que analisou o desempenho da despesa de janeiro a agosto a partir dos dados do último Resultado do Tesouro Nacional.

Faltando pouco mais de dois meses para o encerramento do exercício, é provável que parte das despesas abertas em 2020 seja inscrita em restos a pagar e, dessa forma, impacte o resultado primário apenas a partir do ano que vem. Vale lembrar que, mesmo nesses casos, as despesas não estarão sujeitas ao teto de gastos. O ritmo de execução desses créditos também deve ser levado em conta na elaboração das projeções fiscais para 2020 e 2021.

Financiamentos para pagamento da folha de salários teve sua projeção reduzida pela metade. Os R\$ 34 bilhões originalmente previstos para fazer frente à linha de financiamento operacionalizada pelo BNDES foram reduzidos para R\$ 17 bilhões na avaliação do 4º bimestre em razão dos desembolsos do programa estarem aquém do esperado²¹.

A Tabela 8 traz as projeções atuais do governo para os itens da despesa primária e os compara com as projeções contidas originalmente na LOA. As principais diferenças decorrem dos gastos com o enfrentamento da pandemia e de seus efeitos sobre a economia. Além do item “créditos extraordinários”, eles estão presentes no item “outras despesas obrigatórias”,

¹⁹ O relatório de avaliação do 4º bimestre considera o valor de R\$ 588,7 bilhões tendo em vista que alguns créditos ainda não haviam sido abertos na data de publicação do relatório. Para mais detalhes, consultar o Anexo XI do relatório bimestral.

²⁰ Na série histórica que acompanha o Resultado do Tesouro Nacional foi inserida uma planilha (Planilha 5.1) com as despesas do governo central relacionadas ao combate ao COVID-19 e os respectivos itens do relatório aos quais elas estão vinculadas.

²¹ Em audiência na Comissão Mista destinada a acompanhar a Covid-19, o Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES, Bruno Laskowsky, disse haver de fato um excedente nessa linha de financiamento e que parte dela está sendo direcionada para o Peac Maquininhas.

basicamente por conta dos auxílios financeiros aos entes subnacionais. Para além dos gastos da Covid-19, vale notar o ligeiro recuo na projeção dos gastos com benefícios previdenciários, o que aproxima a previsão atual do governo da expectativa da IFI para este ano.

TABELA 8. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES OFICIAIS DE DESPESAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)

Despesa	LOA	Decreto 10.500 (Setembro)	Var. Acum.	
			Valor	%
Total	1.479,5	2.046,4	566,9	38,3
Benefícios da Previdência (RGPS)	677,7	672,7	-5,0	-0,7
Pessoal e Encargos Sociais	322,4	324,2	1,8	0,6
Abono e Seguro Desemprego	60,6	63,0	2,4	3,9
BPC	61,5	61,6	0,2	0,3
Créditos Extraordinários	0,0	476,8	476,8	NA
Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10,3	9,3	-1,0	-9,8
Fundeb – Complementação da União	16,5	16,5	0,0	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	12,6	13,0	0,4	2,9
Sentenças Judiciais e Precatórios (custeio e capital)	23,9	23,5	-0,4	-1,9
Subsídios, Subvenções e Proagro	14,1	31,4	17,2	121,9
Outras despesas obrigatórias	153,7	239,5	85,8	55,9
Discricionárias do Poder Executivo	126,3	115,1	-11,2	-8,9

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e Decreto 10.500/2020. Elaboração: IFI.

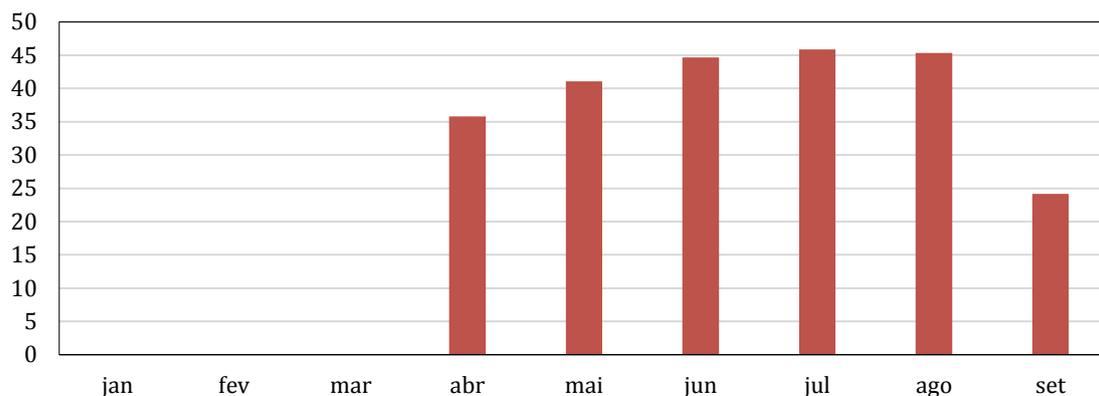
A transição do auxílio emergencial aos vulneráveis para um benefício de menor valor e com menos beneficiários vai impactar as projeções do ano. Em setembro, o gasto com o auxílio emergencial, a partir de dados preliminares extraídos diretamente do Siga Brasil, foi de R\$ 24,2 bilhões²², muito abaixo da média dos três meses anteriores, que foi de cerca de R\$ 45 bilhões (Gráfico 21). A queda está relacionada à mudança na configuração do programa, que, além de ter reduzido o valor do benefício, estabeleceu condições mais restritivas para sua concessão (MP nº 1.000/2020).

O recuo na execução do auxílio emergencial também coincide com o retorno da execução do programa Bolsa Família ao patamar anterior à criação do auxílio (Gráfico 22)²³. Resta saber, portanto, em que medida esses novos patamares de execução dos dois programas irão se sustentar nos últimos meses do ano. Essa análise deverá ser feita em função da revisão de cenários da IFI em novembro.

²²Valor corrigido no dia 22 de outubro.

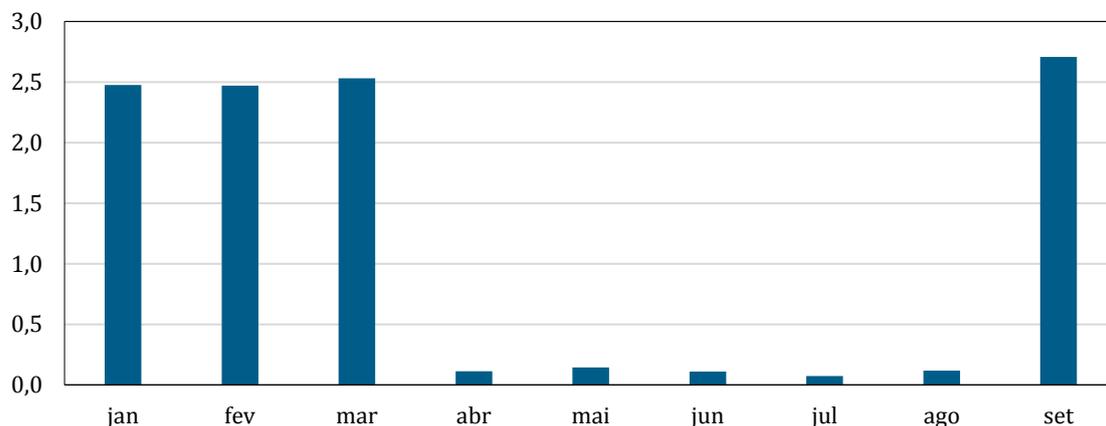
²³ Como mostramos na Conjuntura Fiscal deste e de relatórios anteriores, o pagamento aos beneficiários do Bolsa Família que migraram para o Auxílio Emergencial a Vulneráveis estava sendo contabilizado na rubrica do novo benefício. Aparentemente, isso se alterou a partir de setembro, como mostra o Gráfico D.

GRÁFICO 21. EXECUÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL A VULNERÁVEIS (R\$ BILHÕES)



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 22. EXECUÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA EM 2020 (R\$ BILHÕES)



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

Não há maiores riscos para o cumprimento do teto de gastos em 2020. Como temos alertado nos últimos anos, o risco se eleva consideravelmente para 2021, especialmente diante das incertezas que rondam o Orçamento da União para o ano que vem. Em 2020, contudo, a regra se mostrou resiliente diante do choque provocado pela Covid-19. A projeção do governo no último relatório bimestral mostra uma pequena folga em relação ao limite de gastos, no valor de R\$ 6,3 bilhões, semelhante à projetada pela IFI nos cenários de junho, R\$ 4,4 bilhões (Tabela 9).

No entanto, em função do Acórdão 2026/2020-TCU-Plenário, os cancelamentos de gastos primários utilizados como fonte para abertura dos créditos extraordinários da Covid-19 não estão sendo considerados como espaço fiscal dentro do teto de gastos. Esses cancelamentos somam, hoje, R\$ 8,2 bilhões. Assim, a folga apurada de R\$ 6,3 bilhões se converteria em um excesso de R\$ 1,9 bilhão, que, de acordo com o relatório bimestral, será ajustado por meio de cancelamento de despesas primárias sujeitas ao teto.

TABELA 9. TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2020 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	LOA	Relatório 4º B (Setembro)	IFI (Junho)
Total de despesas primárias	1.768,2	2.307,5	2.239,9
Despesas não sujeitas ao teto	313,7	858,9	789,4
Despesas sujeitas ao Teto	1.454,5	1.448,6	1.450,6
Teto de gastos	1.454,6	1.454,9	1.454,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,1	6,3	4,4

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e RAF de junho. Elaboração: IFI.

A Tabela 10 consolida as avaliações conduzidas pelo Poder Executivo após o encerramento dos quatro primeiros bimestres de 2020.

TABELA 10. RESUMO DAS AVALIAÇÕES BIMESTRAIS

Discriminação	LOA		Decreto 10.295 (Março)		Decreto 10.385 (Maio)		Decreto 10.444 (Julho)		Decreto 10.500 (Setembro)	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Receita Bruta	1.644,1	21,6	1.611,4	20,8	1.477,4	20,6	1.456,2	20,3	1.446,5	20,1
Administrada	1.003,1	13,2	997,8	12,9	914,5	12,8	891,4	12,4	885,1	12,3
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0
Previdenciária (RGPS)	436,5	5,7	436,4	5,6	402,4	5,6	401,0	5,6	398,4	5,5
Não Administrada	204,6	2,7	177,3	2,3	160,7	2,2	163,9	2,3	163,2	2,3
Transferências a Estados e Municípios	288,7	3,8	287,2	3,7	264,5	3,7	260,9	3,6	261,1	3,6
Receita Líquida	1.355,4	17,8	1.324,2	17,1	1.213,0	17,0	1.195,3	16,7	1.185,4	16,5
Despesa Primária	1.479,5	19,4	1.485,8	19,2	1.753,5	24,5	1.982,8	27,6	2.046,4	28,5
Obrigatórias	1.209,9	15,9	1.220,5	15,8	1.490,5	20,8	1.724,4	24,0	1.785,6	24,8
Benefícios previdenciários	677,7	8,9	677,7	8,8	678,9	9,5	677,2	9,4	672,7	9,4
Pessoal e encargos sociais	322,4	4,2	325,7	4,2	325,9	4,6	324,8	4,5	324,2	4,5
Abono e Seguro desemprego	60,6	0,8	59,7	0,8	63,5	0,9	62,8	0,9	63,0	0,9
BPC	61,5	0,8	61,5	0,8	61,6	0,9	61,6	0,9	61,6	0,9
Créditos extraordinários	0,0	0,0	7,7	0,1	220,9	3,1	392,4	5,5	476,8	6,6
Compensação pela desoneração da folha	10,3	0,1	10,1	0,1	9,9	0,1	9,4	0,1	9,3	0,1
Complementação da União ao FUNDEB	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	12,6	0,2	13,0	0,2	12,9	0,2	13,0	0,2	13,0	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (demais)	23,9	0,3	24,1	0,3	24,4	0,3	23,5	0,3	23,5	0,3
Subsídios e Subvenções	14,1	0,2	14,3	0,2	49,2	0,7	48,7	0,7	31,4	0,4
Outras despesas obrigatórias	10,4	0,1	10,2	0,1	26,9	0,4	94,4	1,3	93,8	1,3
Despesa do Exec. sujeita à prog. financeira	269,6	3,5	265,3	3,4	263,0	3,7	258,4	3,6	260,8	3,6
Obrigatórias com Controle de Fluxo	143,3	1,9	145,4	1,9	143,7	2,0	143,4	2,0	145,7	2,0
Discricionárias	126,3	1,7	120,0	1,6	119,3	1,7	115,1	1,6	115,1	1,6
Resultado Primário	-124,1	-1,6	-161,6	-2,1	-540,5	-7,6	-787,5	-11,0	-861,0	-12,0

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre, Decreto 10.249/2020 e alterações. Elaboração: IFI.

4. PAINEL DOS CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS DA COVID-19

O painel da covid-19 foi desenvolvido para permitir acompanhamento diário da execução dessas despesas extraordinárias. Todas as Medidas Provisórias (MPs) de crédito extraordinário editadas são consolidadas no site, que pode ser acessado aqui – <https://www12.senado.leg.br/ifi/covid-19/painel-de-creditos-covid-19>. Este painel contém uma página com explicação das medidas, que resume a motivação dos créditos e contém os links para o texto da medida e da exposição de motivos.

O governo editou 37 MPs para o combate à covid-19. Em relação à posição apresentada em agosto, são seis novas medidas: a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações para o PRONAMPE, no valor de R\$ 12 bilhões; o auxílio emergencial residual, no total de R\$ 67,6 bilhões; o enfrentamento da emergência de saúde pública, que envolve medidas relacionadas à educação e à assistência social (R\$ 265 milhões), o ingresso do Brasil no Instrumento de Acesso Global de Vacinas COVID-19 - Covax Facility (R\$ 2,5 bilhões) e a aquisição de EPIs e EPCs para o INSS e para a Receita Federal do Brasil (R\$ 98,3 milhões); e o aporte para agente financeiro para concessão de empréstimos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), no valor de R\$ 10 bilhões.

O orçamento dos créditos liberados para fazer frente à covid-19 totaliza R\$ 603,7 bilhões. Os créditos autorizados pelas MPs correspondem a R\$ 603,7 bilhões, com R\$ 49 bilhões de despesas financeiras e R\$ 554,7 bilhões de gastos primários. A maior parte do financiamento é oriunda de títulos da dívida pública, sendo uma parcela menor decorrente de cancelamentos de outras despesas primárias, conforme a Tabela 11.

TABELA 11. TOTAL DE DESPESAS FINANCEIRAS E PRIMÁRIAS APLICADAS E CANCELADAS POR MEDIDA PROVISÓRIA (EM R\$ MILHÕES)

Medida Provisória	Destinação	Total do crédito	Aplicação		Fonte		
			Despesa financeira	Despesa primária	Superávit financeiro da Conta Única	Títulos da dívida	Cancelamento de primárias canceladas
921	Enfrentamento da Emergência de Saúde	11	0	11	11	0	0
924	Enfrentamento da Emergência de Saúde	5.100	0	5.100	0	0	5.100
929	PBF e Enfrentamento da Emergência de Saúde	3.420	0	3.420	3.420	0	0
935	Benefício Emergencial - Formais	51.642	0	51.642	51.642	0	0
937	Benefício Emergencial - Vulneráveis	98.200	0	98.200	98.200	0	0
939	Auxílio Financeiro a Estados e Municípios	16.000	0	16.000	16.000	0	0
940	Enfrentamento da Emergência de Saúde	9.444	0	9.444	9.444	0	0
941	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.114	0	2.114	0	0	2.114
942	Enfrentamento da Emergência de Saúde	639	0	639	224	0	415
943	Financiamento da folha de pagamentos - PME	34.000	34.000	0	34.000	0	0
947	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.600	0	2.600	2.600	0	0
949	Conta de desenvolvimento energético	900	0	900	900	0	0
953	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.550	0	2.550	2.550	0	0
956	Benefício Emergencial - Vulneráveis	25.720	0	25.720	25.720	0	0
957	Enfrentamento da Emergência de Saúde	500	0	500	500	0	0
962	Enfrentamento da Emergência de Saúde	419	0	419	419	0	0
963	Financiamento da infraestrutura turística	5.000	5.000	0	5.000	0	0
965	Enfrentamento da Emergência de Saúde	409	0	409	409	0	0
967	Enfrentamento da Emergência de Saúde	5.566	0	5.566	0	5.335	231
969	Enfrentamento da Emergência de Saúde	10.000	0	10.000	1.852	8.148	0
970	Benefício Emergencial - Vulneráveis	29.058	0	29.058	0	29.058	0
972	Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações para o PRONAMPE	15.900	0	15.900	0	15.900	0
976	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	4.489	0	4.489	4.489	0	0
977	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito	20.000	0	20.000	0	20.000	0
978	Auxílio Financeiro a Estados e Municípios	60.189	0	60.189	0	60.189	0
985	Enfrentamento da Emergência de Saúde	300	0	300	0	300	0
988	Benefício Emergencial - Vulneráveis	101.600	0	101.600	0	101.600	0
989	Enfrentamento da Emergência de Saúde	348	0	348	0	0	348
990	Auxílio Financeiro a Estados e Municípios - Cultura	3.000	0	3.000	0	3.000	0
991	Auxílio Emergencial - Asilos	160	0	160	160	0	0
994	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública ²⁴	1.995	0	1.995	0	1.995	0
997	Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações para o PRONAMPE	12.000	0	12.000	0	12.000	0
999	Auxílio Emergencial Residual	67.601	0	67.601	0	67.601	0

²⁴ Correção: no RAF de agosto houve um erro nesta conta. O valor de 1.995 tinha como fonte títulos da dívida pública, e não Superávit Financeiro da Conta Única.

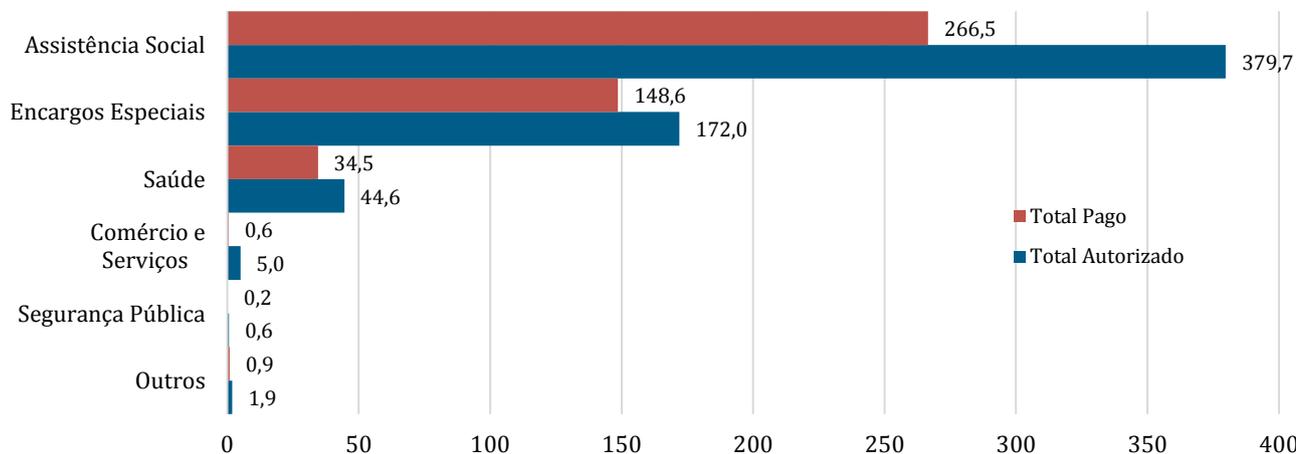
1001	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	265	0	265	0	265	0
1002	Aporte para Empréstimos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito PEAC - Maquininhas	10.000	10.000	0	0	10.000	0
1004	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	2.514	0	2.514	0	2.514	0
1007	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	87	0	87	87	0	0
Total		603.653	49.000	554.653	257.540	337.906	8.208

Fonte: Medidas Provisórias de crédito extraordinário, Portaria 140 do Ministério da Economia e Portaria 9.148 da Secretaria de Orçamento Federal.
Elaboração: IFI.

Na função Saúde, 77,4% das despesas autorizadas foram pagas até meados de outubro. O Gráfico 23 apresenta os dados pela ótica da função. A execução, até meados de outubro, foi de R\$ 451,3 bilhões ou 74,7% do total de R\$ 603,8 bilhões. Na Assistência Social, os pagamentos totalizam R\$ 238,8 bilhões, equivalentes a 62,9% do total de R\$ 379,6 bilhões.

Os encargos especiais representam R\$ 172 bilhões. Incluem-se nos encargos especiais: o auxílio financeiro aos estados e municípios, no valor de R\$ 60,2 bilhões; o apoio emergencial ao setor cultural, no valor de R\$ 3 milhões; a integralização de cotas do Fundo Garantidor (MPs 972, 977 e 997), no valor de R\$ 47,9 bilhões; a transferência para o setor elétrico (MP 949), somando R\$ 0,9 bilhão; o programa de financiamento das folhas de pagamento de empresas (MP 943), totalizando R\$ 34 bilhões; o aporte financeiro para o Programa de Emergencial de Acesso ao Crédito (MP 1004), no valor de R\$ 10 bilhões; e a compensação aos governos subnacionais via fundos de participação (MP 939), no total de R\$ 16 bilhões. Dos R\$ 172 bilhões autorizados nesta função, foram pagos R\$ 148,6 bilhões ou 86,4%.

GRÁFICO 23: TOTAL DE DESPESAS AUTORIZADAS E PAGAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: Medidas provisórias de crédito extraordinário e SIOP. Elaboração: IFI.

A execução da ação de enfrentamento da emergência de saúde está em 76,9%. A Tabela 12 esboça os orçamentos autorizados e a execução, até o dia 13 de outubro, por ação. A ação de enfrentamento da emergência de saúde pública conta com orçamento autorizado de R\$ 49,7 bilhões, superior ao valor informado no Gráfico 23 para a função Saúde. Isso se deve ao fato de que a referida ação orçamentária inclui gastos classificados em outras funções, mas ainda assim relacionados ao combate à covid-19. A execução dessa ação está em 76,9%.

TABELA 12. TOTAL DE RECURSOS AUTORIZADOS E PAGOS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ MILHÕES)

Ação	Autorizado	Pagamento	Percentual de pagamento
Auxílio emergencial a vulneráveis	254,24	223,66	88,0%
Auxílio Emergencial Residual	67,60	13,30	19,7%
Auxílio financeiro aos demais entes relacionados ao Programa Federativo de Enfrentamento da COVID-19	60,19	60,15	99,9%
Benefício emergencial a formais	51,64	26,57	51,4%
Enfrentamento da emergência de saúde pública	49,66	38,17	76,9%
Financiamento da folha	34,00	17,00	50,0%
Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o PRONAMPE	27,90	27,90	100,0%
Integralização de cotas do Fundo Garantidor para o PEAC	20,00	20,00	100,0%
Compensação aos demais entes pela perda dos fundos de participação	16,00	15,10	94,4%
Aporte financeiro para Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) – Maquininha de cartão	10,00	5,00	50,0%
Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5,00	0,72	14,5%
Bolsa Família (acrécimo)	3,04	0,37	12,2%
Auxílio financeiro as estados e municípios - Apoio Emergencial do Setor Cultural	3,00	2,59	86,4%
Transferência para a CDE (acrécimo)	0,90	0,90	100,0%
Ativos civis da União	0,32	0,01	
Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos	0,16	0,00	0,0%
Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Saúde	0,07	0,05	80,7%
Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	0,02	0,00	0,0%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0,02	0,00	4,1%
Total	603,75	451,50	74,8%

* Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – BNDES.

Fonte: Medidas provisórias de crédito extraordinário e SIOP. Elaboração: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,69	21,41	21,39	21,38	21,36	21,35	21,12	21,12	21,12	21,12	21,12
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97							
Receita Líquida	17,82	18,56	15,72	17,44	17,42	17,40	17,39	17,38	17,15	17,15	17,15	17,15	17,15
Despesa Primária	19,62	19,87	28,41	21,05	20,56	20,15	19,84	19,55	19,31	19,02	18,78	18,52	18,32
Obrigatórias	17,75	17,61	26,58	19,30	18,86	18,50	18,24	18,00	17,80	17,55	17,35	17,13	16,97
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	9,70	9,95	10,11	10,14	10,18	10,26	10,32	10,38	10,43	10,49	10,56
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,66	4,45	4,18	3,92	3,69	3,47	3,26	3,07	2,88	2,71	2,54
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,92	0,82	0,75	0,73	0,71	0,70	0,68	0,66	0,64	0,63	0,61
Abono salarial	0,25	0,24	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,66	0,57	0,50	0,49	0,47	0,46	0,44	0,43	0,42	0,40	0,39
BPC	0,82	0,82	0,91	0,91	0,90	0,89	0,89	0,88	0,88	0,87	0,86	0,86	0,85
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,14	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,18	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,35	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14
Demais obrigatórias	2,31	2,18	9,31	2,32	2,14	2,05	2,02	1,94	1,92	1,84	1,81	1,73	1,70
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	7,16	0,27	0,15	0,12	0,14	0,11	0,14	0,11	0,13	0,10	0,12
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,15	2,06	1,99	1,93	1,88	1,83	1,78	1,73	1,68	1,63	1,58
dos quais Bolsa Família	0,43	0,45	0,54	0,52	0,50	0,48	0,47	0,46	0,45	0,43	0,42	0,41	0,40
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,83	1,75	1,70	1,65	1,60	1,56	1,52	1,47	1,43	1,39	1,35
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-12,69	-3,61	-3,14	-2,74	-2,46	-2,18	-2,16	-1,87	-1,63	-1,37	-1,17
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	6.917,4	7.350,1	7.823,3	8.343,8	8.886,1	9.448,1	10.052,2	10.700,8	11.398,8	12.150,7	12.955,6

TABELA 14. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,88	21,60	21,58	21,57	21,55	21,53	21,32	21,32	21,32	21,32	21,32
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97						
Receita Líquida	17,82	18,56	15,91	17,63	17,61	17,59	17,58	17,56	17,35	17,35	17,35	17,35	17,35
Despesa Primária	19,62	19,87	26,40	20,35	19,18	18,69	18,27	17,82	17,43	16,99	16,60	16,20	15,85
Obrigatórias	17,75	17,61	24,61	18,65	17,55	17,11	16,75	16,36	16,02	15,64	15,30	14,96	14,66
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	9,51	9,59	9,12	9,10	9,07	9,06	9,03	8,99	8,95	8,93	8,90
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,57	4,30	4,01	3,74	3,50	3,26	3,04	2,83	2,64	2,45	2,27
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,90	0,80	0,73	0,71	0,69	0,66	0,64	0,62	0,59	0,57	0,55
Abono salarial	0,25	0,24	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,65	0,55	0,48	0,46	0,45	0,43	0,41	0,39	0,38	0,36	0,34
BPC	0,82	0,82	0,90	0,88	0,87	0,85	0,84	0,83	0,82	0,80	0,79	0,77	0,76
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,14	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,18	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,34	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12
Demais obrigatórias	2,31	2,18	7,68	2,25	2,07	1,97	1,92	1,82	1,78	1,68	1,64	1,55	1,50
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	5,56	0,26	0,15	0,12	0,14	0,11	0,13	0,10	0,12	0,09	0,11
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,11	2,00	1,92	1,85	1,78	1,72	1,65	1,59	1,52	1,46	1,40
dos quais Bolsa Família	0,43	0,45	0,53	0,50	0,48	0,46	0,45	0,43	0,41	0,40	0,38	0,37	0,35
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,80	1,70	1,63	1,57	1,52	1,46	1,41	1,35	1,30	1,24	1,19
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-10,49	-2,72	-1,57	-1,09	-0,69	-0,26	-0,08	0,36	0,75	1,15	1,50
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	7.053,1	7.621,9	8.168,4	8.755,1	9.377,4	10.056,1	10.796,8	11.604,4	12.486,8	13.452,0	14.502,0

TABELA 15. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,44	20,91	20,90	20,86	20,79	20,72	20,42	20,40	20,37	20,33	20,29
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97									
Receita Líquida	17,82	18,56	15,47	16,94	16,93	16,88	16,82	16,75	16,45	16,43	16,39	16,36	16,32
Despesa Primária	19,62	19,87	29,77	22,69	22,25	21,93	21,68	21,47	21,30	21,08	20,90	20,71	20,58
Obrigatórias	17,75	17,61	27,84	20,81	20,43	20,15	19,94	19,76	19,63	19,43	19,29	19,12	19,03
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	10,16	10,76	10,99	11,09	11,18	11,31	11,42	11,52	11,61	11,71	11,83
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,88	4,80	4,54	4,28	4,04	3,82	3,61	3,40	3,21	3,02	2,84
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,96	0,88	0,80	0,78	0,76	0,75	0,74	0,72	0,71	0,70	0,69
Abono salarial	0,25	0,24	0,27	0,26	0,26	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,24
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,69	0,61	0,54	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45
BPC	0,82	0,82	0,96	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	0,97	0,97	0,96	0,96	0,95
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,15	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,37	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,17	0,18	0,17	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15
Demais obrigatórias	2,31	2,18	9,76	2,50	2,31	2,22	2,20	2,13	2,12	2,05	2,04	1,97	1,96
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	7,50	0,29	0,16	0,13	0,16	0,13	0,15	0,12	0,14	0,11	0,14
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,26	2,21	2,14	2,09	2,04	2,00	1,97	1,93	1,89	1,86	1,82
d/q Bolsa Família	0,43	0,45	0,57	0,55	0,54	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,47	0,46
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,92	1,88	1,82	1,78	1,74	1,71	1,67	1,64	1,61	1,58	1,55
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-14,30	-5,75	-5,32	-5,05	-4,86	-4,72	-4,85	-4,65	-4,51	-4,35	-4,26
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	6.601,6	6.795,4	7.196,4	7.625,7	8.094,6	8.571,7	9.087,3	9.642,1	10.239,3	10.881,8	11.567,9

Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Projeções		
							2020	2021	2022
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,32	1,14	-6,53	2,46	2,27
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.583	6.889	7.257	6.917	7.350	7.823
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	1,41	3,13	3,51
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	4,90	4,62	4,33
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-4,76	1,25	1,29
Massa salarial - crescimento (%)	3,97	-1,12	-3,24	1,85	3,04	2,47	-6,53	2,46	2,27
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,25	2,25	4,50
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	0,83	-0,85	0,96
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,57	-0,85	-13,19	-4,02	-3,49
dos quais Governo Central	-0,35	-1,95	-2,54	-1,80	-1,69	-1,23	-12,69	-3,61	-3,14
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,50	5,06	4,39	3,88	3,94
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-7,08	-5,91	-17,58	-7,90	-7,42
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,3	65,5	69,8	73,7	76,5	75,8	96,1	98,6	100,3

ifi



ifi Instituição Fiscal
Independente

 /INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãofiscalindependente

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875